

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA

BRENDHA LUANA SPRICIGO

“U-381 BATISTA RECTOR”:
UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO GUARANI PRÉ-COLONIAL EM CONTEXTO DE
USINAS HIDRELÉTRICAS NO ALTO RIO URUGUAI

CHAPECÓ
2023

BRENDHA LUANA SPRICIGO

**“U-381 BATISTA RECTOR”:
UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO GUARANI PRÉ-COLONIAL EM CONTEXTO DE
USINAS HIDRELÉTRICAS NO ALTO RIO URUGUAI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Samira Peruchi Moretto

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mirian Carbonera

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Spricigo, Brenda Luana
"U-381 Batista Recttor": um sítio arqueológico
Guarani pré-colonial em contexto de usinas hidrelétricas
no Alto rio Uruguai / Brenda Luana Spricigo. -- 2023.
79 f.:il.

Orientadora: Doutora Samira Peruchi Moretto
Co-orientadora: Doutora Mirian Carbonera
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. História. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II.
Carbonera, Mirian, co-orient. III. Universidade Federal
da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

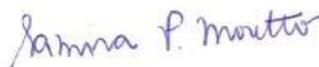
BRENDHA LUANA SPRICIGO

**“U-381 BATISTA RECTOR”:
UM SÍTIO GUARANI PRÉ-COLONIAL EM CONTEXTO DE USINAS HIDRELÉTRICAS
NO ALTO RIO URUGUAI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 07/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora



Documento assinado digitalmente
MIRIAN CARBONERA
Data: 17/07/2023 19:44:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Mirian Carbonera – Unochapecó
Coorientadora



Documento assinado digitalmente
MARLON BRANDT
Data: 17/07/2023 16:39:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Avaliador



Me^a. Aline Bertoncello – Unochapecó
Avaliadora

Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS
Suplente

Dedico este trabalho a todos aqueles que, das mais diversas maneiras, lutam e contribuem para a preservação, difusão e valorização do patrimônio cultural indígena. Que saibamos reconhecer na cultura do *Outro* a mais genuína manifestação da multiplicidade humana no desdobramento da História.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente devo agradecer à minha mãe. Obrigada por sempre ter se preocupado com os meus estudos, e principalmente por ter impulsionado meu vôo, mesmo que com o coração na mão. Eu e você sabemos quantas lágrimas rolaram e quantos nós na garganta sentimos toda vez que as férias acabaram e eu precisava voltar para continuar aquilo que escolhi para mim. Tantas vezes evitei olhar pelo retrovisor ao deixar meu lar, e virei a curva chorando. Por isso, agradeço também por sempre que precisei, e precisarei, estar de portas abertas para me receber com um café e o pão fresquinho da vó na mesa, e com *a roupa de cama limpinha e cheirosa para você*. Ir é bom, mas ter para onde e para quem voltar, é fundamental.

Não posso deixar de agradecer às mulheres, que para além de minha mãe, me ensinaram, muitas vezes sem perceber, o que é o significado de força. Vó Tere, tia Léia, madrinha Ju e Mirella, vocês são meus principais exemplos de como seguir em frente nessa montanha-russa chamada vida. E que, apesar dos percalços, podemos contar com nós mesmas, para o que precisar. Obrigada por cuidarem tão bem de minha mãe neste tempo em que estive longe, por todo o incentivo, suporte e por sempre vibrarem com as minhas pequenas e grandes conquistas. Serei eternamente grata por tudo.

Agradeço ao meu companheiro Mateus, por toda a compreensão e paciência comigo nestes anos. Ter você ao meu lado tornou a caminhada menos dolorosa, e sou muito feliz por ter chegado até aqui contigo. Obrigada por sempre cuidar tão bem de mim e por me lembrar, nas suas ações do dia a dia, da beleza nas coisas simples. Você é dono de um coração gigante.

À Eva Maria, por ser minha dose de alegria ao chegar em casa nos dias exaustivos e por sempre estar junto a mim, ao computador e à escrivadinha. Obrigada pelas paradas obrigatórias durante a escrita para exigir tapinhas de carinho que tanto gosta.

Ao professor Lucas, que desde o ensino básico me fez olhar para a História com os olhos brilhando, e que, durante seu mestrado apresentou-me a existência da UFFS, universidade pública e que oferta ensino de qualidade. A educação é espaço para pessoas como você, que através dela, são capazes de revolucionar vidas. Não poderia esquecer da Cíntia, quem ajudou-me com o empurrãozinho de coragem que faltava para assumir um sonho que sonhei desde o meu ingresso na graduação. Vocês são muito especiais para mim.

Agradeço aos meus amigos Cadu, Duda e Paulo por, ao longo de nove semestres, passarem pelas turbulências acadêmicas comigo, ouvindo meus desesperos, aconselhando e muitas vezes rindo deles em uma noite qualquer na cantina, comendo um bom chocolate ou

pastel. Foi muito bom viver essa fase junto de vocês. À Aline, Adri e Vic, amigas que a vida colocou no meu caminho e que são suporte essencial. Me ajudaram a segurar a barra em diversos momentos, ouvindo-me desabafar pelos mesmos problemas. Obrigada por tantas vezes termos trabalhado em bons projetos, juntas, e pelas infinitas risadas. Nos damos bem e sabemos o porquê. Em especial à Aline, agradeço por todo o compartilhamento de experiências tanto em campo quanto em laboratório, pela valorização do meu trabalho enquanto estagiária e pelos inúmeros auxílios em tudo o que precisei por diversos momentos.

Àquela que perguntou se poderia sentar ao meu lado em uma das primeiras aulas do curso, e desse lugar nunca mais saiu. Dâmaris, sempre fiz questão de dizer o quanto você fez por mim, e não seria diferente aqui. Não sei o que seria de mim sem você, que até o último momento da graduação fez tanto! Sempre penso o quão sortuda eu sou por ter sua amizade, e toda vez que tento explicar não consigo, pois ela é coisa de outro mundo. Você sempre ocupará um lugar muito especial na minha vida.

Ao Fábio, amigo que durante o estágio no CEOM fez questão de em um domingo sair cedo de sua casa, com seu carro, para ir até a beira do rio Uruguai em dezembro (para salientar o calor que fazia) de 2020, no sítio U-381 Batista Rector. Obrigada pela sensibilidade em ter perguntado à Mirian se poderíamos ter essa experiência por um dia, para eu poder realizar meu sonho de escavar. Talvez se eu não tivesse conhecido o contexto do sítio pessoalmente, meu objeto de pesquisa teria sido outro, e foi através dele que pude experimentar a arqueologia com o passar dos anos.

Agradeço às minhas orientadoras Mirian e Samira, por junto comigo terem pensado este trabalho de conclusão de curso. À Samira agradeço por ter me aceitado enquanto orientanda sem mesmo me conhecer mais de perto, pela aproximação com a história ambiental e com o Laboratório Fronteiras. À Mirian, pelo auxílio e ensinamentos na análise da cerâmica em dias de feriado e final de semana, por todas as vezes que me ensinou sobre a arqueologia, oportunizou as saídas de campo e as participações em eventos acadêmicos, sempre incentivando a apresentação do sítio U-381 Batista Rector, apesar das inseguranças. Vocês são professoras e pesquisadoras de grande inspiração.

Ao CEOM, pela possibilidade de trabalhar neste espaço tão importante ao patrimônio cultural de nossa região. Ter sido estagiária do Centro de Memória me oportunizou um contato único com a área da História, o qual sempre reconhecerei com o maior carinho, bem como, foi fundamental para as novas oportunidades. Foi graças ao CEOM também que pude me aproximar do sítio U-381 Batista Rector, gerando-se o interesse pela pesquisa.

À FAPESC, pelos financiamentos no edital 12/2020, projeto “Mudanças climáticas, paisagens e povoamento pré-histórico na bacia do rio Uruguai”, e edital 16/2021, projeto “Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980).

À Arqueoste, pela compreensão e flexibilidade para que eu pudesse me dedicar à finalização da monografia.

À Aline Bertoncello e Marlon Brandt, pela composição e contribuições da banca avaliadora no presente trabalho de conclusão de curso.

Por fim, agradeço também ao pesquisador Daniel Loponte, pelo auxílio e ensinamentos ao longo das análises da cerâmica e demais materiais do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor.

RESUMO

O Alto rio Uruguai apresenta uma paisagem antropicamente transformada e ocupada por sociedades humanas por milênios. Neste trabalho analisa-se o sítio da unidade arqueológica Guarani denominado U-381 Batista Reक्टर, que está localizado na margem direita do rio Uruguai, no município de Alto Bela Vista -SC. Seu cadastro foi realizado dentro do projeto de arqueologia vinculada ao licenciamento ambiental da usina hidrelétrica Machadinho. No ano de 2019 o sítio foi recadastrado a partir do Projeto de recadastramento de sítios arqueológicos das mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina (PRESASC) e escavado em 2020. Considerando tais aspectos, o objetivo da presente pesquisa é compreender o sítio arqueológico U-381 Batista Reक्टर no contexto da ocupação Guarani do Alto rio Uruguai, analisar as características tipológicas e estilísticas da cultura material cerâmica encontrada, bem como compreender historicamente o momento de aceleração da construção de usinas hidrelétricas no Brasil, já que foi dentro deste contexto que o sítio arqueológico foi encontrado e registrado. Neste sentido, utilizou-se as perspectivas da História Ambiental, da longa duração e da arqueologia pós-processual, realizou-se uma análise macroscópica dos vestígios cerâmicos e reconstituiu-se algumas formas a partir de bordas com maior dimensão. Os resultados obtidos evidenciam um sítio com material arqueológico preservado, de cronologia pré-colonial e com destaque para variabilidade estilística observada nos diferentes tipos de tratamento plástico inciso e na tipologia das formas. Além disso, foi possível observar o impacto dos grandes empreendimentos ao patrimônio arqueológico, bem como a importância do entrelaçamento de análises interdisciplinares entre a História Ambiental e a Arqueologia, visando o entendimento da História Indígena.

Palavras-chave: Alto rio Uruguai; Unidade arqueológica Guarani; Sítio U-381 Batista Reक्टर; Patrimônio; Usina Hidrelétrica; Análise cerâmica.

ABSTRACT

The Upper Uruguay River displays a landscape anthropically transformed and occupied by human societies for millennia. This study analyzes the site U-381 Batista Rector, which belongs to the Guarani archaeological unit, located on the right bank of the Uruguay River, Alto Bela Vista County, Santa Catarina State. Its registration had carried out within the archaeology project linked to the environmental licensing of the Machadinho Hydroelectric Power Plant. In 2019, the archaeological site was registered within the “Projeto de recadastramento de sítios arqueológicos das mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina” (PRESASC) and was excavated in 2020. In this regard, the research aims to comprehend the archaeological site U-381 Batista Rector concerning the context of the Guarani occupation in the Upper Uruguay River, as well as the archaeological heritage at the time of acceleration in the construction of hydroelectric power plants in Brazil, as well as the typological characteristics and stylistic features of pottery material culture collected. Therefore, the perspectives of Environmental History, long-term and the post-procedural archaeology were applied, carrying out a macroscopic analysis of the pottery remains. Moreover, some larger-scale borders have been rebuilt. Obtained results showcase a site with preserved archaeological material of pre-colonial chronology, highlighting the stylistic variability observed in the different types of incised plastic treatment and the typology of shapes. In addition, the impact of large enterprises on the archaeological heritage could be observed, including the importance of intertwining interdisciplinary analysis between Environmental History and Archaeology, aiming at understanding Indigenous History.

Keywords: Upper Uruguay river, Guarani archaeological unit, site U-381 Batista Rector, Hydroelectric power plants, Heritage, Pottery analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor no Alto rio Uruguai	17
Figura 02 - Localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor no município de Alto Bela Vista - SC	18
Figura 03 - UHEs instaladas no Brasil 1935-1985	27
Figura 04 - Região hidrográfica da bacia do rio Uruguai em território brasileiro	29
Figura 05 - Localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor no contexto da região atingida pelo reservatório da usina hidrelétrica Itá	31
Figura 06 - Primeiro registro do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor	32
Figura 07 - Primeira ilustração da localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor, na margem direita do rio Uruguai	33
Figura 08 - Formas da cerâmica Jê	48
Figura 09 - Tratamentos de superfície da cerâmica Jê	49
Figura 10 - Formas da cerâmica Guarani	52
Figura 11 - Tratamentos de superfície da cerâmica Guarani	53
Figura 12 - Variabilidade de tratamentos de superfície pintado	54
Figura 13 - Fitogeografia de Santa Catarina e a localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor na FED	56
Figura 14- Vista “frontal” dos sítios arqueológico U-380 e U-381 Batista Recttor	58
Figura 15- Material cerâmico desbarrancado	59
Figura 16 - Delimitação da área escavada	59
Figura 17- Vista “lateral” da área exposta do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor	60
Figura 18- Estratigrafia do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor	61
Figura 19- Partes do corpo dos vasilhames cerâmicos Guarani	62
Figura 20- Principais tipos de tratamento de superfície	63
Figura 21 - Exemplos da variabilidade de tratamento de superfície inciso	64
Figura 22 - Formas reconstituídas	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Relação geral dos materiais arqueológicos encontrados na escavação	61
Gráfico 02 - Relação de tipos de tratamentos de superfície	63
Gráfico 03 - Relação entre queima e espessura	64
Gráfico 04 - Diâmetro das bordas	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAMS	Arqueologia da Mata Atlântica Sul-Americana
AP	Antes do Presente
ASSA	Archaeology of Southeastern South America Program
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPA	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONICET	Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FED	Floresta Estacional Decidual
FOM	Floresta Ombrófila Mista
GEAM	Grupo de Empresas Associadas Machadinho
GPS	Global Positioning System
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MME	Ministério de Minas e Energia
MSNM	Metros Sobre o Nível do Mar

NEEA	Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos
PL	Projeto de Lei
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
POPARU	Povoamentos Pré-históricos do Alto Rio Uruguai
PRESASC	Projeto de Recadastramento de Sítios Arqueológicos das Mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina
PSAU	Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. UMA NOVA DEMANDA: O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS	25
2.1 O CENÁRIO GLOBAL E BRASILEIRO	25
2.1.1 Potencial hidroenergético do Sul: Usinas Hidrelétricas Itá e Machadinho	27
2.2 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO RELACIONADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	30
2.2.1 Legislação ambiental no Brasil (década de 1980)	34
2.2.2 Impactos socioambientais	36
2.2.3 O patrimônio arqueológico	37
3. À MONTANTE DO ALTO RIO URUGUAI: REGISTROS ARQUEOLÓGICOS DA OCUPAÇÃO GUARANI	42
3.1 A UNIDADE ARQUEOLÓGICA GUARANI	42
3.2 A ÁREA DE ESTUDO	55
3.2.1 O sítio arqueológico U-381 Batista Recttor	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

A associação entre o ser humano e sua constante dependência e interferência em relação ao meio ambiente não é recente. As transformações sociais e ambientais estão justapostas, considerando-se que a espécie humana sempre esteve debruçada sobre a necessidade de produção de ferramentas e de construções, com as mais diversas funcionalidades, para sua sobrevivência ao longo de milênios e em diferentes espaços geográficos. Por este viés, os recursos hídricos podem ser compreendidos enquanto um dos principais elementos naturais com grande capacidade de influenciar assentamentos e atividades humanas, e conseqüentemente ser alterado por elas, tanto no passado distante, quanto na contemporaneidade.

Neste contexto, a presente pesquisa pauta-se na compreensão do contexto da implantação de usinas hidrelétricas (UHE) no Brasil e as principais leis ambientais e patrimoniais atreladas à essas obras, bem como apresenta a análise da cultura material cerâmica do sítio arqueológico Guarani U-381 Batista Rector, localizado no município catarinense de Alto Bela Vista¹, conforme demonstram as figuras 01 e 02, e sua contribuição para o entendimento da ocupação dos grupos Guarani do período pré-colonial no Alto rio Uruguai². Pesquisa-se o sítio arqueológico e seu potencial patrimonial considerando também sua atual posição na área de abrangência do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá.

Figura 01 - Localização do sítio arqueológico U-381 Batista Rector no Alto rio Uruguai

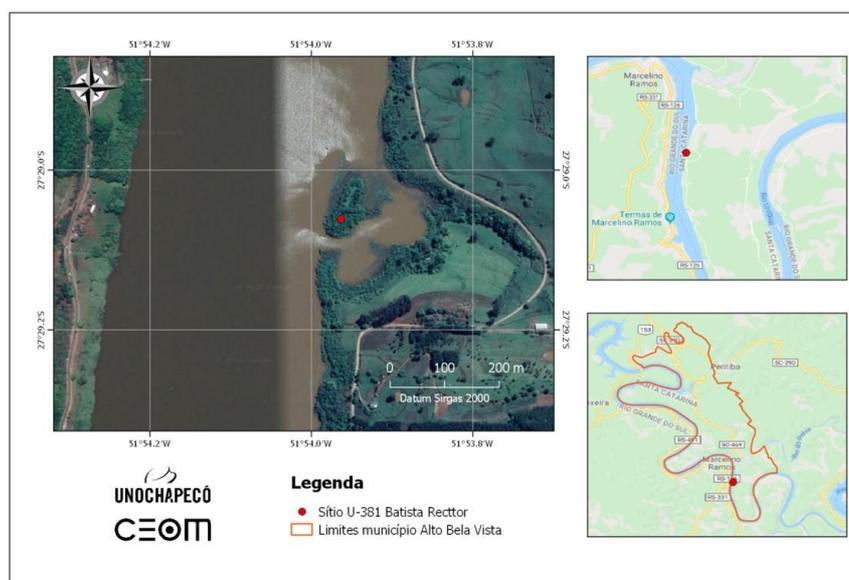


Fonte: Adaptado de Loponte; Carbonera (no prelo).

¹ É importante destacar as diferentes concepções e organizações relacionadas ao conceito de fronteiras pré-coloniais e contemporâneas, uma vez que o contexto de ocupação Guarani pré-colonial abrangeu toda a extensão do Alto rio Uruguai, a região sul do Brasil e a Bacia do Prata (CARBONERA; *et. al.*, 2018). Por isso, ao longo do trabalho foram utilizadas referências bibliográficas que dizem respeito a outras localidades para além dos limites políticos do atual município de Alto Bela Vista (SC).

² A região do Alto rio Uruguai é aqui compreendida desde a formação deste rio, onde ocorre a união dos rios Pelotas e Canoas até o município de El Soberbio, Misiones/Argentina, e Derrubadas, Rio Grande do Sul (CARBONERA, 2014).

Figura 02 - Localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor no município de Alto Bela Vista - SC



Fonte: Carbonera; Loponte (2020, p.82).

Considerando-se a perspectiva da paisagem cultural, definida por Sauer (1996; 1998) como o resultado da interatividade entre a cultura enquanto agente, e a área natural enquanto meio, compreende-se que

Paisagem e transformação andam juntas, de modo que a primeira nunca está congelada ou permanece estática. Em um permanente processo de transformação, ela constitui uma resultante do encontro de forças humanas e não humanas. Nesse encontro, o tempo desempenha um importante aspecto: olhar uma paisagem significa olhar para o passado. De fato, as paisagens estão impregnadas de passado. São como “heranças das sucessivas relações entre homem e natureza” e, assim, podem ser vistas como um produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural (OLIVEIRA, R, 2018, p.37).

Neste sentido, será apresentado nesta pesquisa um panorama que abriga significativas informações referente ao patrimônio arqueológico pré-colonial da região oeste de Santa Catarina e a paisagem cultural do Alto rio Uruguai. Deve-se considerar que tal território foi constantemente modificado através de atuações antrópicas de povos indígenas, caboclos e imigrantes, sendo também impactado, durante o final do século XX e princípios do século XXI, pela construção de UHEs, obras de infraestrutura responsáveis por diferentes alterações socioambientais na paisagem (RADIN, 2016; ESPÍNDOLA, 2009).

A escolha da temática desta monografia deu-se em função da realização de estágio no Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos (NEEA) do CEOM/Unochapecó, desempenhado pela autora. Na oportunidade o Núcleo estava concluindo as atividades do Projeto de Recadastramento de Sítios Arqueológicos das Mesorregiões Oeste e Planalto de

Santa Catarina (PRESASC)³ (CARBONERA; LOPONTE, 2020) e oportunizou a participação nas atividades de campo, além da execução da curadoria do material arqueológico em laboratório. Este aproximado contato com o sítio arqueológico suscitou na curiosidade em compreender o contexto ambiental e arqueológico que circunda a referida localidade.

Outro fator importante para a escolha da temática foi a participação no Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS, bem como a oportunidade de execução de Bolsa de Iniciação Científica através do projeto “Uma História ambiental das transformações e da antropização das paisagens no Oeste Catarinense (1960 a 1980)”. Tais experiências são fundamentais para as atividades de pesquisa, as quais envolvem reuniões em grupo, participação em eventos que oportunizam a difusão da ciência, seus métodos e resultados, ampliando assim a rede de referências e temas no que diz respeito à História Ambiental e seus desdobramentos. Assim, o projeto de iniciação científica e a participação no laboratório Fronteiras oportunizou a possibilidade de novos horizontes de pesquisa e problemáticas acerca da História Ambiental, aspectos essenciais para a realização deste trabalho.

Acrescenta-se também que os dados do sítio são inéditos, e seu estudo justifica-se para melhor compreender tanto a ocupação Guarani registrada no sítio arqueológico U-381 Batista Rector, quanto para o entendimento desta unidade arqueológica dentro do contexto mais amplo da região do Alto rio Uruguai. É importante destacar que a pesquisa está inserida no programa internacional de pesquisa Archaeology of Southeastern South America Program (ASSA)⁴, como uma das ações do projeto Arqueologia da Mata Atlântica Sul-Americana (ABAMS), que ocorre desde 2013 e é desenvolvido entre o Ministério da Cultura da Argentina e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, Brasil. Os estudos do projeto ABAMS voltam-se para a investigação arqueológica referente à Província de Misiones (Argentina) e o oeste de Santa Catarina (Brasil), bem como, para o registro de ocupações Guarani distribuídas na Argentina, Paraguai e Brasil.

As perspectivas teóricas que norteiam esta pesquisa são a Nova História, a História na Longa Duração, a História Ambiental e a Arqueologia Pós-processualista, abrangendo-se dados desde a ocupação Guarani do sítio arqueológico, a qual resultou em uma cronologia de

³ O Projeto teve como objetivo realocar e entender o estado de conservação dos sítios arqueológicos dos municípios das mesorregiões Oeste e Planalto do estado catarinense. Tais sítios arqueológicos haviam sido cadastrados em outras pesquisas realizadas a partir da década de 1960, até o início do século XXI. Porém, os cadastros e demais informações deveriam ser atualizados. O PRESASC foi proveniente de uma demanda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da 11ª Superintendência Regional de Santa Catarina, e teve como resultado o recadastramento de 243 sítios arqueológicos e a identificação e registro de 76 novos sítios arqueológicos (CARBONERA; LOPONTE, 2019).

⁴ Para maiores informações, acesso em: <https://www.assaprogram.com/>.

505 ± 15 ¹⁴C anos AP (Antes do Presente)⁵ (UCIAMS 252936)⁶. Da mesma maneira, serão levadas em consideração as transformações ocorridas posteriormente, sobretudo com as alterações decorrentes da construção das usinas hidrelétricas de Itá e de Machadinho, bem como os estudos realizados na fase de licenciamento ambiental, a partir dos quais foi identificado o sítio arqueológico em questão.

Os termos e concepções da Nova História e da História na Longa Duração foram criados e postos em prática a partir da criação da Escola dos Annales durante a primeira metade do século XX, a qual foi testemunha de diferentes fases e marcou o momento em que historiadores como Marc Bloch (2001) e Fernand Braudel (1992) passaram a realizar uma nova interpretação acerca do tempo histórico e de seu registro, tornando-se um singular movimento epistemológico da historiografia. Segundo as novas gerações da Escola dos Annales, a História tradicional pautava-se eruditamente nos eventos de cunho político e/ou nas trajetórias das consideradas grandes personalidades, sendo negligenciados os aspectos fundamentais da vida cotidiana, os quais passaram a ser compreendidos enquanto substanciais para o fazer histórico (BURKE, 2010; REIS, 2008).

Pensando no conceito da Nova História, José Carlos Reis (2008) e Peter Burke (2010) apresentam as principais características sobre as novas fontes históricas e os novos métodos de análise: foi a partir deste movimento que documentos oficiais como ofícios, atas e editais passaram a ser interpretados enquanto insuficientes para uma melhor compreensão no que refere-se à dimensão das diversas organizações da vida social, nos mais variados grupos humanos. Assim, passa-se a atribuir maior visibilidade e significância às fontes históricas produzidas de maneira involuntária pelos múltiplos sujeitos históricos: pessoas “comuns” da sociedade. Através destas novas lentes sobre a História, a cultura material e os bens arqueológicos também passaram a ser compreendidos enquanto fontes históricas, sendo capazes de proporcionar novas perguntas, respostas e interpretações acerca da ciência do ser humano no tempo (BLOCH, 2001).

Empregando mais especificamente algumas das concepções de Fernand Braudel, é possível inserir a cultura material presente no sítio arqueológico U-381 Batista Recttor na perspectiva da “[...]‘vida diária’, o povo e as coisas, ‘coisas que a humanidade produz ou consome’, alimentos, [...], habitação, [...], ferramentas, [...]” (BURKE, 2010, p.66),

⁵ O termo Antes do Presente é utilizado por convenção e tem como referência o ano de 1950.

⁶ Para a obtenção do da data 14C, foi enviada uma amostra de carvão ao laboratório Earth System Science Department, da Universidade da Califórnia, a qual foi retirada do núcleo da camada estratigráfica II do sítio arqueológico. No laboratório cada amostra processada recebe um código composto por letras e números, padrão internacional, para identificação do referido resultado.

constituindo-se assim o conceito de civilização material. A fundamentação da História na longa duração, deste mesmo historiador, também pode ser aplicada no objeto de estudo desta pesquisa levando-se em consideração que as estruturas de longa duração são responsáveis pelas principais alterações sociais da História, sendo necessário interpretá-las para além dos eventos de curto e médio prazo, isoladamente (DOSSE, 2001). Fernand Braudel afirmou que, se examinadas as relações entre estas três dimensões da estrutura, torna-se provável uma profunda e abrangente percepção da história, bem como, influenciou as subsequentes pesquisas históricas na adesão de horizontes interdisciplinares, como é o caso deste estudo. A partir disso, é possível pensar o sítio arqueológico U-381 Batista Reक्टर enquanto objeto de estudo na longa duração, abrangendo-se características de sua ocupação por grupos indígenas pré-coloniais e seus aspectos culturais, bem como, na sua atual disposição em relação às usinas hidrelétricas do Alto rio Uruguai.

Outra corrente teórica utilizada sob o objeto de estudo é a História Ambiental, perspectiva que surge concomitantemente a interesses que dizem respeito às novas preocupações da humanidade para com o meio ambiente durante as décadas de 1960 e 1970, momento em que passou a fomentar-se um movimento ambientalista de cunho internacional. A História Ambiental, dentre seus aspectos, é caracterizada por levar em consideração a interdisciplinaridade, sobretudo com as ciências da natureza e a antropologia, uma vez que seu objeto de estudo, existente há gerações, pauta-se na interpretação do lugar e do papel da esfera natural em relação à existência humana e suas associações para com a paisagem, a qual “[...], se transforma em si mesma num documento que precisa ser lido adequadamente. Trata-se de ler a história na paisagem.” (DRUMMOND, 1991, p.184). Assim, constitui-se uma via de mão dupla, a partir da qual a natureza interfere nas práticas culturais, sociais e econômicas dos seres humanos, e vice-versa. É importante destacar que os historiadores ambientais buscam esquivar-se do determinismo natural, tecnológico ou geográfico, porém o fazem sem deixar de lado a compreensão da influência dos arranjos naturais em relação à cultura e à história dos grupos humanos, interpretando-se o meio ambiente enquanto agente histórico dinâmico (DRUMMOND, 1991; WORSTER, 1991).

Torna-se importante salientar que Fernand Braudel (1972) também levou em consideração o fator ambiental em seus estudos, sobretudo na sua obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II”, uma de suas principais produções. Indo ao encontro da perspectiva de Longa Duração, a História Ambiental, segundo José Augusto Pádua (2012), também pode-se levar em consideração as grandes escalas de tempo, uma vez que estas compõem as transformações dos fenômenos naturais e das ações humanas.

Reconhecendo-se que a História Ambiental é capaz de integrar antigos e recentes temas e objetos da historiografia, tal ótica teórica também aplica-se ao sítio arqueológico U-381 Batista Reक्टर e às interferências nele causadas a partir da construção de usinas hidrelétricas no rio Uruguai. Isto porque tais usinas hidrelétricas fazem parte de um contexto de interferências de origem urbana e industrial, que levam à transformação ambiental e social do seu entorno (WORSTER, 1991). Bem como, a História Ambiental contribui na compreensão acerca das relações dos grupos Guarani pré-coloniais para com o ambiente e a paisagem que os circundavam, uma vez que busca-se

[...] estudar o papel da cultura nos usos dos recursos. Afinal, os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados. Não existem recursos naturais *per se*. Os recursos não se impõem unilateralmente à cultura, embora possam vetar alguns caminhos e estimular outros. (DRUMMOND, 1991, p.182).

Acrescenta-se também a utilização da perspectiva teórica da arqueologia pós-processual, a qual é caracterizada enquanto uma abordagem metodológica que surgiu como uma crítica à arqueologia processual, que dominou o campo durante as décadas de 1960 e 1970. Esta última buscou, sobretudo, compreender e explicar as sociedades do passado a partir de princípios generalistas. Na contramão desta ótica e ganhando força na década de 1980, inicia-se o processo de utilização teórica da arqueologia pós-processual como uma reação à antiga abordagem e suas limitações. Arqueólogos que praticam a linha de pensamento da arqueologia pós-processual compreendem que a ciência arqueológica não deve reduzir-se à uma prática exata, objetiva e inflexível, mas sim defendem a ideia de que a interpretação do passado envolve subjetividades, valores e perspectivas específicas em relação às ocupações pesquisadas. Destacam-se também as críticas do pós-processualismo na arqueologia perante o determinismo ambiental defendido por processualistas, levando-se em consideração que as ações culturais não dependem única e exclusivamente das condições ambientais. Assim, a partir do pós-processualismo, entende-se que tal perspectiva torna-se simplista e não comporta a complexidade das atividades humanas nas transformações culturais (HODDER, 1994; HODDER; HUTSON, 2003).

Embora as abordagens da nova história, da longa duração, da história ambiental e da arqueologia pós-processual sejam distintas em seus métodos e teorias específicas, tais ciências compartilham um objetivo geral de reformular as disciplinas históricas e arqueológicas, tornando-as mais abertas. Assim, compartilham preocupações e perspectivas em comum, a partir das quais procura-se desafiar as narrativas tradicionais, incorporando uma maior variedade de concepções.

Considerando a breve apresentação dos aportes teóricos, enfatiza-se a fundamental associação entre a arqueologia, a história ambiental, a geografia e a história regional do Alto rio Uruguai, sobretudo quando considera-se a inexistência de fontes históricas escritas antes do século XVI. Com base nas evidências da ação humana na paisagem, a partir de vestígios materiais, bem como da atual presença e resistência de sociedades indígenas autóctones, que é possível afirmar um complexo sistema socioespacial que existia anteriormente à invasão e colonização europeia no continente americano e no Brasil (LOIOLA, 2007). Dessa maneira, a presente pesquisa leva em consideração a materialidade Guarani pré-colonial no passado distante enquanto utilidade e significado, e no presente enquanto patrimônio cultural e identidade indígena, sobretudo compreendendo-se patrimônio e identidade enquanto

[...] expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, [...] o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. (PELEGRINI, 2007, p.89),

atentando-se também para os impactos gerados ao patrimônio arqueológico, causados pelas construções das usinas hidrelétricas no Alto rio Uruguai.

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender qual é a contribuição do sítio arqueológico U-381 Batista Rector para o entendimento da ocupação Guarani no Alto rio Uruguai, bem como, quais são as características tipológicas e estilísticas que podem ser observadas na cultura material cerâmica encontrada neste sítio. Nesse sentido, essa pesquisa também procura contribuir com a discussão dos bens arqueológicos em projetos de licenciamento ambiental para a construção de usinas hidrelétricas, uma vez que o sítio arqueológico U-381 Batista Rector foi identificado em determinado momento dos estudos de licenciamento ambiental, porém nunca foi resgatado, isto é, não foi pesquisado durante as fases do licenciamento. As pesquisas arqueológicas realizadas no escopo de empreendimentos não são motivadas por problemáticas e interesses acadêmicos, mas a demanda da pesquisa advém de uma necessidade econômica. Os resultados desse tipo de arqueologia - também denominada Arqueologia Empresarial, Arqueologia de Contrato, Arqueologia Consultiva, Arqueologia de Salvamento, entre outras, - ocasionam desdobramentos muitas vezes utilizados para problemas de pesquisa acadêmica.

Para atingir os objetivos elencados, as fontes utilizadas são bibliografias e relatórios de arqueologia, estes últimos produzidos em decorrência de projetos de licenciamento ambiental que apresentam o histórico do registro do patrimônio arqueológico, em específico do sítio U-381 Batista Rector. Nesse sentido, os relatórios que deram suporte para este estudo são provenientes dos empreendimentos UHE Itá e UHE Machadinho. O projeto de

arqueologia da área impactada pela UHE Itá foi coordenado por Marilandi Goulart (UFSC) e desenvolvido entre as décadas de 1980 e 1990. As cópias desses documentos estão salvaguardados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/Unochapecó), como também os relatórios do projeto de arqueologia da UHE Machadinho, executado pelo Museu de Ciências e Tecnologia (MCT) da PUCRS, e desenvolvido entre as décadas de 1980 e 2000, a partir dos quais foram obtidas cópias digitais. Será utilizado também, enquanto fonte para a pesquisa, o acervo de cultura material do sítio arqueológico U-381 Batista Rector, escavado por meio do projeto ABAMS e salvaguardado no CEOM/Unochapecó.

A pesquisa pauta-se em uma metodologia de caráter quali-quantitativo, uma vez que para compreender, primeiramente, o contexto de grande aceleração⁷ e construção das usinas hidrelétricas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica referente à hidroeletricidade no cenário mundial e brasileiro, especificamente nos estados do Sul do país e na região do Alto rio Uruguai. Ao longo da pesquisa buscou-se também discutir a conjuntura da criação das leis ambientais e suas aplicações e impactos em relação ao patrimônio arqueológico atingido pela construção de usinas hidrelétricas. Para a compreensão do contexto arqueológico foi realizada também uma pesquisa bibliográfica, com o levantamento das principais pesquisas realizadas na região do Alto rio Uruguai, entre os anos de 1940 e 1980, destacando-se nesta última década o Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU) (GOULART, 1997a; 1997b; 1988a; 1988b).

Para além de uma apresentação das características gerais do sítio arqueológico U-381 Batista Rector, utilizou-se aporte bibliográfico referente aos grupos Guarani e também às características dos tratamentos de superfície e morfologias da cerâmica. A análise dos fragmentos foi desenvolvida com base nos estudos de Chmyz (1966; 1969), La Salvia e Brochado (1989) e Brochado e Monticelli (1994), e ocorreu de maneira macroscópica, seguindo o roteiro de uma ficha de análise que considera os seguintes elementos: partes do corpo e tratamento de superfície. Para a reconstrução tipológica dos vasilhames de cerâmica foram utilizados fragmentos de bordas, dos quais obteve-se medidas de espessura e diâmetro dos vasilhames, através do uso de paquímetro e ábaco. Os dados e gráficos foram descritos e analisados com a utilização de planilhas.

⁷ Com o fim da segunda guerra mundial, a conjuntura internacional impulsionou a concepção desenvolvimentista de sucesso econômico a partir da modernização. Sob esta ótica, os recursos naturais disponíveis, incluindo-se a exploração hidrelétrica, tornaram-se alvos de uma dinâmica que, em prol da ideia de progresso, envolveu tecnologia, profundas mudanças ambientais e geopolítica (OLIVEIRA, 2018, *apud* LEWIS, 2008; SNEDDON, 2015).

2. UMA NOVA DEMANDA: O CONTEXTO DE IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Neste capítulo, a partir de fontes bibliográficas, será realizada uma contextualização referente à grande aceleração acerca da construção de usinas hidrelétricas no cenário global e brasileiro, sobretudo durante o final do século XX e início do século XXI. Mais especificamente, será apresentado um breve histórico referente à hidroeletricidade no Sul do país e na região do Alto rio Uruguai. Bem como, discute-se as ações que dizem respeito às leis de licenciamento ambiental, as quais abrangem, dentre diversos interesses da sociedade, os trabalhos de salvamento do patrimônio cultural e arqueológico das áreas atingidas pelas usinas hidrelétricas. Tais informações tornam-se pertinentes levando-se em consideração o objeto de estudo da presente pesquisa e os relatórios de arqueologia gerados a partir dos estudos de viabilidade no contexto da construção das UHEs Itá e Machadinho (SC), como veremos.

2.1 O CENÁRIO GLOBAL E BRASILEIRO

A construção de barragens é uma prática realizada há milhares de anos pelas mais diversas sociedades e por diferentes motivos: represamento e armazenamento de água, controle de inundações, produção de energia, fornecimento de água para consumo humano ou industrial, entre outros (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000). E sobre este tema, cabe mencionar que durante o século XX emergiram discursos de progresso, sendo caracterizados, em perspectivas desenvolvimentistas, pela construção de grandes obras de infraestrutura, gerando impactos sociais e ambientais. Este período: “[...] testemunhou o apogeu da chamada ‘missão hidráulica’, um período em que a engenharia passa a ‘dominar’ a natureza, deixando para trás um balanço mundial de 50 mil grandes represas e 280 milhões de hectares de terras irrigadas.” (BRAGA, 2020, p.17, *apud* Comissão, 2000; McCully, 2001). Durante este momento é possível enfatizar então o fortalecimento do período denominado “Antropoceno”, uma vez que as consequências geradas pelas revoluções industriais foram intensificando-se, resultando em danos cada vez mais severos sobre o meio ambiente devido às ações humanas (PÁDUA, 2022).

No cenário mundial, a geração de energia proveniente da construção de usinas hidrelétricas é definida enquanto “[...] alternativa de [...] aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório (BERMANN, 2007, p. 139).”,

ocupou um espaço de destaque a partir da década de 1930 e, sobretudo, após os anos 1950 (OLIVEIRA, N, 2018). Este movimento foi impulsionado pelo aumento populacional e pelo crescimento das economias nacionais, e nos últimos cem anos, segundo dados apresentados pela Comissão Mundial de Barragens:

[...] mais de 45.000 vezes se tomou a decisão de construir uma barragem. Construíram-se barragens para abastecer de água a agricultura de irrigação, para usos domésticos e industrial, para geração de hidroeletricidade ou para ajudar a controlar inundações. Mas as barragens também alteraram e desviaram fluxos de rios, e produziram impactos significativos nos meios de subsistência e no meio ambiente (2000, p.1).

A Usina Hidrelétrica de Marmelos foi a primeira obra referente à energia hidráulica construída no Brasil e na América Latina, sendo inaugurada no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, durante o ano de 1889, momento da História brasileira em que buscaram-se outras alternativas energéticas em detrimento do uso do carvão importado e do gás para abastecimento de iluminação pública e industrial (FILHO; *et al.*, 2011).

Sobre esta questão, o Brasil acompanhou a conjuntura global, a qual foi marcada por uma grande aceleração na construção de usinas hidrelétricas durante a década de 1950, sendo proposto, durante o governo de Getúlio Vargas, o Projeto de Lei 4280/1954 (BRASIL, 1954), o qual propunha a criação da Empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras. Porém,

Tais iniciativas, tomadas num cenário político adverso à estatização do setor elétrico, transformaram o Congresso no epicentro de acaloradas discussões. O envolvimento de segmentos da sociedade foi significativo, especialmente de grupos identificados com a defesa dos interesses nacionais (SANTOS; REIS, 2002, p. 97).

Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, no ano de 1961, o PL foi aprovado, concretizando-se na Lei nº 1.390-A (BRASIL, 1961), assinada pelo presidente Jânio Quadros. Em 1962, instalou-se oficialmente, na presença de João Goulart, a empresa Eletrobras, através do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). De acordo com o Centro de Memória da Eletricidade no Brasil (2022), caberia então à nova estatal o empreendimento nos setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Apesar do grande potencial hídrico, durante o contexto inicial de produção de energia hidrelétrica, o país dispunha de aproximadamente 4.900 megawatts de energia elétrica, número baixo em relação à atual produção, e que era distribuído de maneira desproporcional entre as regiões de industrialização e urbanização do Brasil.

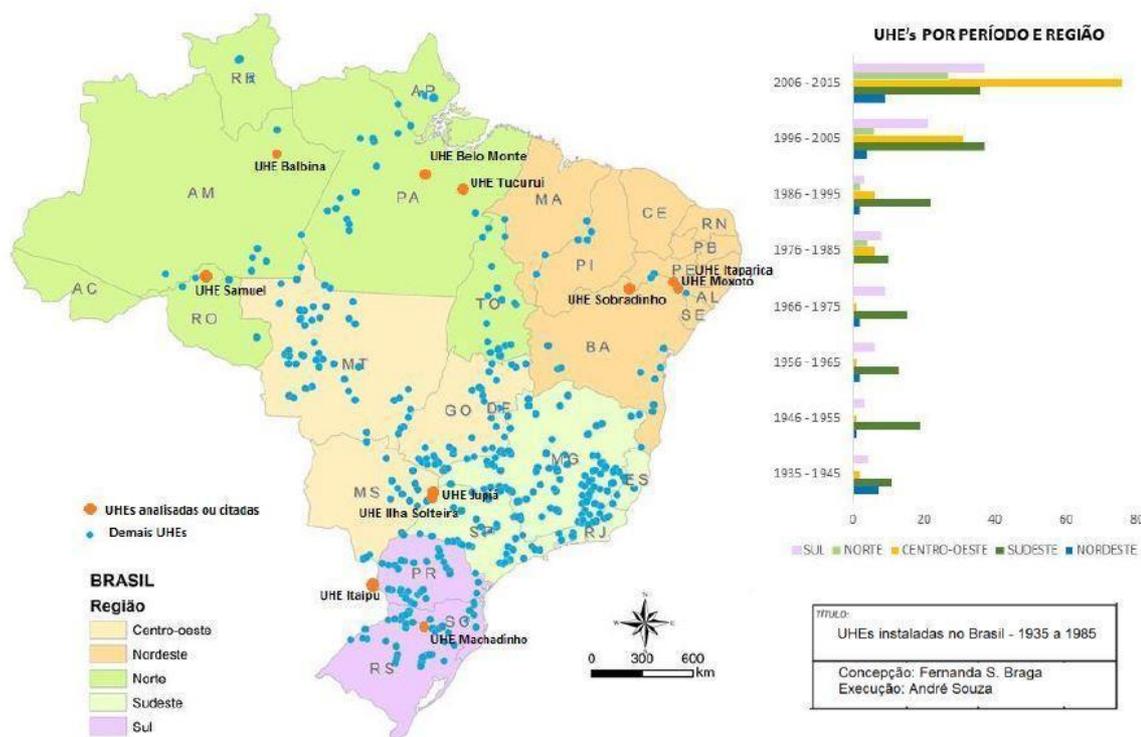
A partir da instauração do regime militar brasileiro, entre as décadas de 1960 e 1980, nota-se um esforço maior, por parte do Estado, em financiar e viabilizar a instalação de usinas hidrelétricas de grande porte. Os governos militares tornaram-se dirigentes majoritários dos

recursos naturais e hídricos e, por consequência, da produção de energia elétrica por meio da água (BRAGA, 2020). Ainda segundo a autora, a gestão dos recursos naturais esteve a cargo de ministros e presidentes do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Eletrobrás. Os primeiros gestores, durante o início da década de 1960, eram especializados em áreas concernentes às obras, como engenheiros e mecânicos. Em contraposição, chama-se a atenção para os últimos dirigentes, os quais atuaram no Ministério durante o final da década de 1970, e não possuíam qualificação específica para atuação na área, o que sugere indicação de cargo devido a decisões políticas, e não técnicas. Neste contexto ditatorial, observa-se também o afastamento de uma perspectiva preocupada com os impactos socioambientais causados pelas usinas hidrelétricas em ascensão, reflexo de um regime autoritário preocupado exclusivamente com o ciclo desenvolvimentista.

2.1.1 Potencial hidroenergético do Sul: Usinas Hidrelétricas Itá e Machadinho

A região Sul do Brasil ganhou um considerável destaque na instalação de UHEs, desde os princípios das atividades no setor em território brasileiro, até o início do século XXI, ficando atrás apenas das regiões centro-oeste e sudeste, contexto ilustrado pela figura 03.

Figura 03 - UHEs instaladas no Brasil 1935-1985



Fonte: Braga (2020, p. 73).

Os estados da porção meridional brasileira sofreram suas primeiras intervenções referentes ao setor de energia elétrica durante o final do século XIX, destacando-se neste período a construção de usinas termelétricas à base de carvão, lenha ou óleo, e a utilização de locomóveis (SANTOS; REIS, 2002). Foi no limiar do século XX que os rios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passaram a ser vistos enquanto áreas propícias para geração de hidroeletricidade, cenário engendrado com o contexto nacional. Cabe destacar também que neste período a região Sul possuía uma economia baseada na agropecuária e na extração madeireira, porém a industrialização foi ganhando cada vez mais espaço, e junto a isso fortaleceu-se a demanda referente à energia elétrica (CORAZZA, 2015).

Tratando-se especificamente da energia hidrelétrica no Sul do Brasil, cabe destacar a empresa Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, a qual

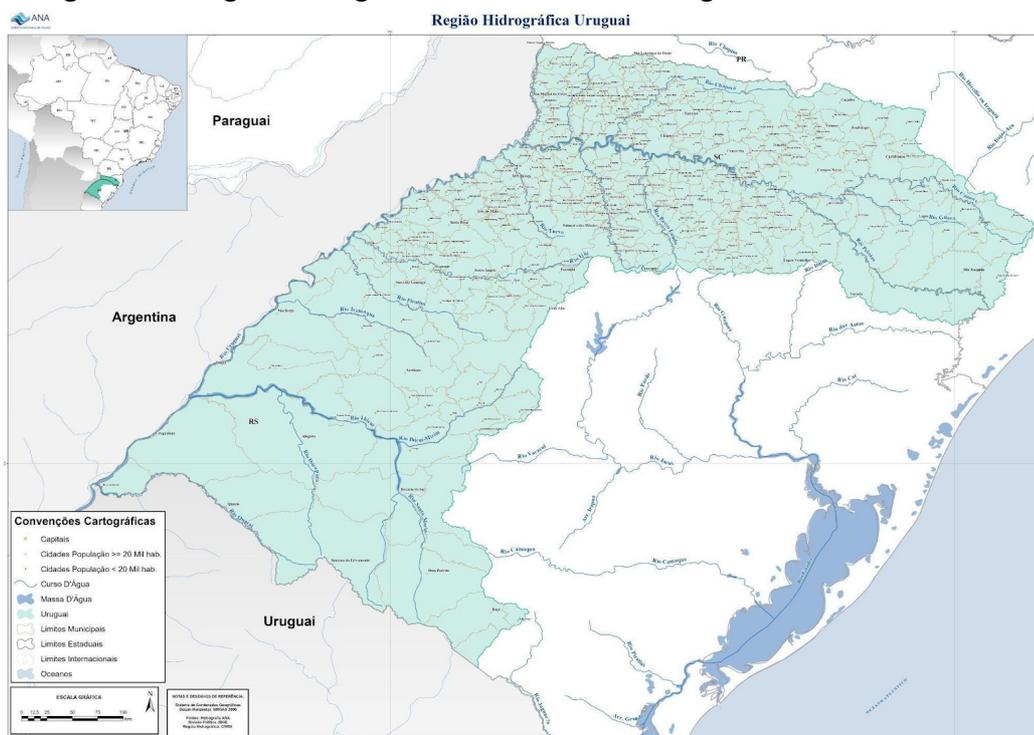
[...] nascia embalada pelo projeto de fortalecimento da *holding*, em seu papel de coordenadora do planejamento, da expansão, da operação e interligação dos sistemas elétricos brasileiros. [...], a Eletrosul tinha a missão de funcionar como braço regional da Eletrobrás no Sul, com o objetivo de realizar estudos e projetos, construir e operar usinas e linhas de transmissão de energia elétrica e promover a integração de seu sistema elétrico ao resto do país (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2008, p.28).

A autorização legal para o funcionamento da empresa nos três estados sulistas ocorreu através do Decreto nº 64.395 de 1969 (BRASIL, 1969), objetivando-se tornar possível a interligação do sistema elétrico da região. Assim, atuou primeiramente durante a década de 1970 na Usina Hidrelétrica de Passo Fundo (RS) e na Usina Hidrelétrica Salto Osório (PR), para além de algumas termelétricas já existentes no território de abrangência, visando aproveitar o potencial energético destas. Ainda na primeira metade da década de 1970, a Eletrosul representava 29% da capacidade geradora de energia no Sul do Brasil, despontando o número de megawatts em relação à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), à Copel, à Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) e à demais concessionárias. Tais aspectos passaram a ser alvo de grande importância sob as lentes da economia, chegando a promover a construção de acampamentos com hospitais, escolas, igrejas, supermercados e outros serviços para os “funcionários solteiros”, durante o período de trabalho nas usinas (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2008).

Levando-se em consideração o recorte geográfico da pesquisa, cabe destacar a região hidrográfica da bacia do rio Uruguai, destacada na figura 04, a qual, em território nacional, abrange parcelas dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e configura-se

enquanto área de grande potencial hidroenergético (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2015).

Figura 04 - Região hidrográfica da bacia do rio Uruguai em território brasileiro



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017). Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/todos-os-documentos-do-portal/documentos-spr/mapas-regioes-hidrograficas/uruguai-para-site-ana-a0.pdf>

Fluindo na direção leste-oeste, e com aproximadamente 2.200 quilômetros de extensão, o rio Uruguai ganha destaque dentre os rios que constituem a referida bacia hidrográfica, uma vez que configurou-se enquanto um importante recurso natural, desde as primeiras ocupações pré-coloniais até a atualidade. Envolto na problemática das instalações de usinas hidrelétricas no Sul do Brasil, o rio Uruguai também sofreu profundas intervenções nos âmbitos social, ambiental e econômico por parte da empresa Eletrosul, destacando-se, na área de estudo desta pesquisa, a construção das UHEs Machadinho e Itá, entre as décadas de 1980 e 2000 (LOCATELLI, 2000; NÉSPOLI; PIZZATO, 2007).

A usina hidrelétrica Itá, localizada entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), foi a primeira obra construída em relação ao aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Uruguai. Tornou-se também a primeira usina hidrelétrica com aplicação de legislação que impulsionou uma parceria entre as esferas público e privado, ação que resultou em um processo de privatização, caracterizando a UHE Itá enquanto o primeiro e maior empreendimento privado a ser concluído no setor elétrico brasileiro. O processo iniciou-se durante o ano de 1966,

quando o Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul elaborou estudos para caracterizar os recursos hidroenergéticos da bacia do rio Uruguai. Durante a década de 1980, o empreendimento passou pelos estudos de viabilidade, processo no qual inseriram-se as pesquisas sobre o patrimônio arqueológico da região do Alto rio Uruguai, que seria atingido pela área de abrangência da UHE Itá. Durante o ano de 1995 foi criado o Consórcio Itá, a partir de uma parceria entre a Eletrosul (atualmente Gerasul) e a empresa Itasa. Com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), as primeiras obras tiveram início, no ano de 1996. A UHE entrou em funcionamento pleno durante o ano de 2001, com seu reservatório atingindo diretamente onze municípios, resultando em uma área aproximada de mais de 10 mil hectares (LOCATELLI, 2000).

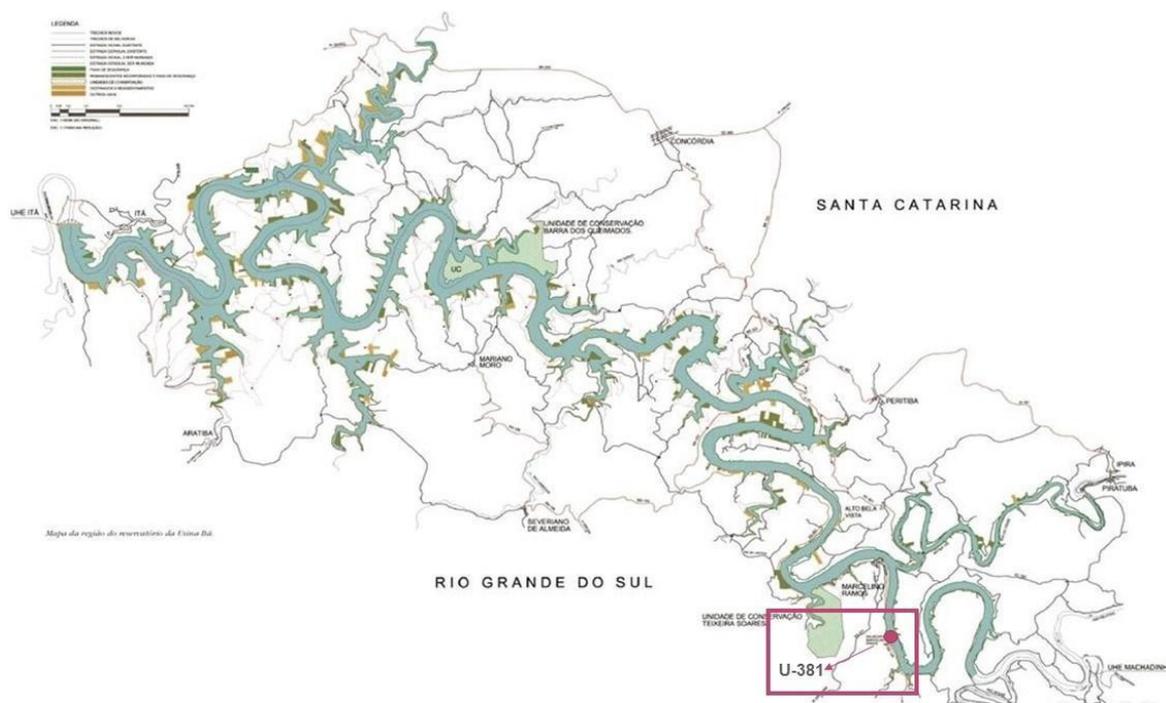
Por sua vez, construída no rio Pelotas, a UHE Machadinho localiza-se entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS), e seu reservatório, com área de 56,7 km², atingiu o número de dez municípios diretamente afetados. A empresa ganhadora do processo de licitação promovido pela Eletrosul foi o Grupo de Empresas Associadas Machadinho (GEAM), e os procedimentos de instauração da referida usina hidrelétrica iniciaram-se durante o ano de 1997, sendo finalizados em 2001, quando a energia hidrelétrica começou a ser produzida. Foi durante os anos de 1999 e 2000 que realizou-se o inventário do patrimônio cultural, incluindo o levantamento e o salvamento dos sítios arqueológicos através de prospecção, coletas e escavação (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007). Levando-se em consideração tais aspectos e o contexto em que o sítio arqueológico U-381 Batista Rector está inserido, se faz necessária a discussão acerca do patrimônio arqueológico na perspectiva da construção de UHEs e nas atividades de licenciamento ambiental.

2.2 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO RELACIONADO AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

É importante destacar que o sítio arqueológico U-381 Batista Rector está localizado na área de abrangência do reservatório da UHE Itá, conforme apontado pela figura 05. Porém, a identificação e registro, representados pelas figuras 06 e 07 foram efetuados durante os estudos arqueológicos realizados no licenciamento ambiental da UHE Machadinho, desenvolvido pela equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas-CEPA da PUCRS. Na ficha de registro o sítio arqueológico foi descrito como pertencente à localidade de Linha São Francisco, município de Piratuba (SC). Porém, atualmente a área do sítio arqueológico faz parte do município de Alto Bela Vista (SC), devido à criação deste último a partir da Lei

Nº 9.861 (SANTA CATARINA, 1997), no ano de 1997, após terem sido realizados os processos de levantamento arqueológico da região. Cabe destacar também o primeiro registro do sítio situando-o na margem direita do rio Pelotas, no entanto, o correto é rio Uruguai, bem como, é importante mencionar a alteração do nome do sítio arqueológico no primeiro registro em relação ao último, pelo PRESASC⁸. Apesar da UHE Machadinho estar implantada no rio Pelotas, os estudos de licenciamento ambiental resultaram também na identificação e no cadastro de sítios arqueológicos à jusante do atual barramento, à exemplo de U-381 Batista Rector.

Figura 05 - Localização do sítio arqueológico U-381 Batista Rector no contexto da região atingida pelo reservatório da usina hidrelétrica Itá



Fonte: Adaptado de Locatelli (2000, p.82-83).

⁸ Isso deve-se aos novos registros de informações, levando-se em consideração que, durante a década de 1980 não havia a utilização do aparelho Global Positioning System (GPS), e muitas vezes os critérios utilizados como pontos de referências perderam-se com o passar dos anos. Assim, associou-se o nome “U-381” ao nome do proprietário da área do sítio arqueológico “Batista Rector”, tornando-se “U381 Batista Rector”.

Figura 06 - Primeiro registro do sítio arqueológico U-381 Batista Rector

REGISTRO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

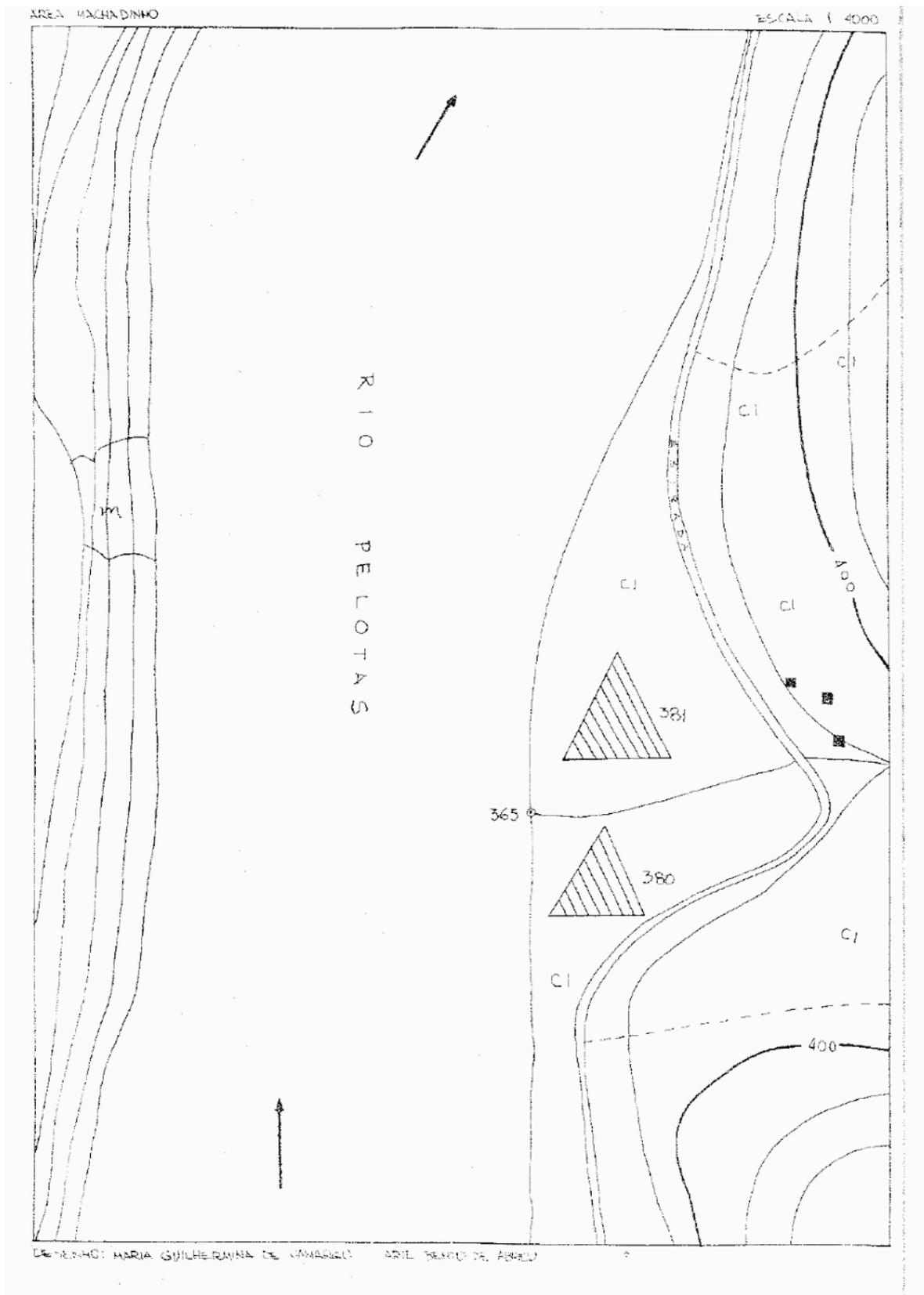
CEPA — IFCH — PUC/RS

U 381
UPP 33

- 1 - Sítio arqueológico: Batista Retor
- 2 - Lugar: Linha São Francisco
- 3 - Estado: SC 4 - Município: Piratuba 5 - Distrito: _____
- 6 - Designações anteriores da localidade (ou sítio arqueológico): _____
- 7 - Proprietário e endereço: Batista Retor - Linha São Francisco - Piratuba/SC.
- 8 - Proprietários anteriores, datas e endereços: _____
- 9 - Arrendatário ou morador atual: o proprietário
- 10 - Atitude em relação ao sítio ou pesquisa: favorável
- 11 - Delimitação e descrição do sítio arqueológico: fica junto a um arroio num patamar não muito elevado. Nota-se a presença de manchas negras.
- 12 - Área: 1.900 m² 13 - Espessura: superfície 14 - Altura: ± 350 m
- 15 - Vegetação: roca
- 16 - Água mais próxima: arroio e rio Pelotas
- 17 - Tipo de solo do local: negro
- 18 - Tipo de solo dos arredores: pardo avermelhado
- 19 - Pesquisas ou escavações anteriores: nenhuma
- 20 - Bibliografia: _____
- 21 - Possibilidade de destruição: sim
- 22 - Tipo de cultivo atual: milho e soja 23 - Erosão: _____
- 24 - Construções, estradas, etc.: UHE - Machadinho
- 25 - Material arqueológico (sepultamentos, sinais de casas, petroglifos, artefatos, etc.): cerâmica Guarani
- 26 - Material recolhido a (Instituição): PUC/RS.
- 27 - Endereço: Porto Alegre
- 28 - Fotos: _____ 29 - Arquivo de: _____
- 30 - Desenhos ou material suplementar: mapa 1:4000
- 31 - Método empregado na pesquisa: coleta sistemática
- 32 - Pesquisador(es): equipe
- 33 - Registrado por: CFS/MGC/MMMG 34 - Data 01 / 05 / 1989

Fonte: CEPA/PUC (1989).

Figura 07 - Primeira ilustração da localização do sítio arqueológico U-381 Batista Reक्टर, na margem direita do rio Uruguai



Fonte: CEPA/PUC (1989).

2.2.1 Legislação ambiental no Brasil (década de 1980)

Do ponto de vista cronológico, é possível perceber uma maior preocupação para com os problemas relacionados à escassez dos recursos naturais, para além da percepção de esgotamento destes, quando emerge o debate ambiental, por parte de organizações internacionais, a partir da década de 1960. Foi neste momento que passaram a acontecer conferências no tocante à crise global, bem como, os movimentos ambientalistas, protagonizados por indivíduos de vários países. Estes foram ganhando cada vez mais espaço na realização de reflexões acerca da associação entre sociedade, meio ambiente e ser humano. Levando-se em consideração o advento da modernidade e da industrialização crescente, estabeleceram-se departamentos governamentais encarregados pelas questões ambientais, e assim foi se fortalecendo uma identidade coletiva de ambientalistas (SOUZA, 2009; WORSTER, 1991).

Já nos anos 1970, teve início um processo de reorganização social em prol de uma perspectiva ecológica, o qual acarretou a amplificação da legislação referente às questões de cunho ambiental. Porém, isso não foi suficiente, levando-se em consideração o:

[...] fracasso [...] no combate aos problemas ambientais, diagnosticados como consequência do padrão de produção industrial e do modelo de desenvolvimento em curso, no final dos anos 80, houve a retomada do enfrentamento destas questões em um patamar completamente diferente do vivenciado no fim da década de 60 (SOUZA, 2009, p. 39).

Tal qual a conjuntura de implantação de usinas hidrelétricas, as leis de licenciamento ambiental no Brasil também seguiram o curso global, oficializando-se a partir da criação da Lei nº 6.938/81 (BRASIL, 1981), a qual colocou em vigor a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Destaca-se, no momento em que a mencionada lei foi criada, a conjuntura interna histórica e política de redemocratização do país, período em que as políticas públicas ambientais brasileiras ganharam maior atenção e consolidaram-se. Este fortalecimento tornou-se ainda mais visível a partir da publicação da nova Constituição Brasileira publicada no ano de 1988, que passou a tratar de assuntos referentes ao meio ambiente, à responsabilidade do poder público e da coletividade para com a defesa ambiental e às competências da União, Estados e Municípios, em ações de proteção e legislação referentes ao meio ambiente (CARMO; SILVA, 2013). Tais aspectos são reportados também no Capítulo VI - Do meio ambiente (Art. 225), o qual afirma que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 131).

Torna-se importante destacar também que no Brasil, de acordo com a Resolução nº 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 1986), a qual estabelece critérios básicos para a execução do licenciamento ambiental no Brasil, e a Resolução nº 237/97 (CONAMA, 1997), o licenciamento ambiental está organizado em três fases: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO)⁹. Independentemente de configurarem-se enquanto pequenas ou grandes, todas as barragens precisam ser submetidas aos processos concernentes do licenciamento ambiental, e, de acordo com o porte, tais construções podem ou não necessitar de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA)¹⁰. Ficam estes estudos incumbidos à caracterização das áreas diretas e indiretas de impactos, levando-se em consideração o diagnóstico ambiental, os meios físico, biótico e socioeconômico, assim como orientações referentes à medidas compensatórias e mitigadoras, e por fim, devem apresentar resultado no que diz respeito à viabilidade ambiental da obra (CRUZ *et al.*, 2019).

Demonstrando ações referentes à crescente demanda mundial no que diz respeito a temas ambientais, a PNMA teve como objetivo principal, de acordo com o Art. 2º da lei: “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, [...]” (BRASIL, 1981). O Art. 10º da referida lei estabelece que

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental (BRASIL, 1981).

Dessa maneira, é necessário pensar a construção das usinas hidrelétricas brasileiras dentro do escopo do licenciamento ambiental, levando-se em consideração que os interesses

⁹ Art. 8º O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças: I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação; II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante; III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade (CONAMA, 1997, p. 646).

¹⁰ “[...] é o resumo elaborado em linguagem acessível ao público leigo dos conteúdos presentes no EIA” (CRUZ *et al.*, 2019, p. 48).

para com estas grandes obras de infraestrutura iniciaram-se há pelo menos duas décadas antecedentes à criação de legislação específica, e culminou em diversas consequências de cunho socioambiental.

2.2.2 Impactos socioambientais

Apresenta-se, com frequência, a hidroeletricidade enquanto energia barata, renovável e limpa, e para além destes aspectos, é possível apontar panoramas positivos em relação à construção de usinas hidrelétricas no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica utilizada nas sociedades contemporâneas, ao abastecimento e à irrigação, bem como, ao acúmulo de água para a produção de eletricidade em momentos de maiores estiagens (TUNDISI, 2007).

Por outro lado, torna-se extremamente necessário enfatizar os impactos socioambientais negativos causados pela implantação de usinas hidrelétricas, e também, em relação ao patrimônio arqueológico. A construção de usinas hidrelétricas sempre vem acompanhada do discurso do interesse público e do progresso (KLANOVICZ; ZARPELON, 2022), porém, o que observa-se também são os processos de violência para com as populações que viviam nas margens dos rios afetados pelos empreendimentos, e junto delas suas referências culturais, caracterizadas por bens materiais e imateriais. Para além do deslocamento forçado destes indivíduos, destaca-se que, em muitos casos, as indenizações são inexistentes ou insuficientes em relação às condições anteriormente vivenciadas no cotidiano das populações ribeirinhas. Agravantes no que tange à saúde pública também devem ser considerados, uma vez que as barragens atingem igualmente a qualidade da água e as atividades econômicas de pesca e agricultura, bem como, a perda da biodiversidade local e a submersão de terras férteis e cultiváveis (BERMANN, 2007).

Mais especificamente sobre os casos das UHEs Itá e Machadinho, destaca-se que, em relação à primeira, durante o ano de 1995, realizou-se o deslocamento completo da população que vivia na área a ser atingida pelo reservatório. Tal ação desencadeou uma série de sentimentos relacionados ao medo e à incerteza, considerando-se que no momento em que surgiram as notícias de construção da UHE, a população local não mensurava ao certo quais seriam as alterações sofridas pelo rio Uruguai e quais proporções teriam a área de alagamento (PEREIRA, 2018). Dentre os onze municípios afetados pela obra, Itá (SC) foi o único a encontrar-se completamente submerso pelo lago artificial, com exceção das torres da Igreja

São Pedro, último resquício visível da “cidade velha”¹¹. Com a formação do reservatório, mais de três mil e duzentas propriedades rurais foram atingidas, e, a partir de um levantamento realizado entre os anos de 1986 e 1988, constatou-se que aproximadamente 40% das famílias atingidas pelo empreendimento eram formadas por trabalhadores rurais sem-terra (LOCATELLI, 2000). Por sua vez, no caso da UHE Machadinho, o número de indivíduos da comunidade que foram atingidos chegou a cerca de oito mil, e, dentre esta quantidade, duas mil pessoas eram sem-terra. Neste caso, mesmo após terem passado vários anos após o início do funcionamento da UHE Machadinho, ainda restavam mais de quatrocentas famílias sem reassentamento (ESPÍNDOLA, 2009).

A partir deste contexto, é importante ressaltar também a existência de grandes lutas sociais após a divulgação dos processos de instalação das usinas hidrelétricas no Alto Uruguai, uma vez que a população a ser atingida não demonstrou-se imparcial e as negociações não ocorreram sem conflitos entre as partes dos atingidos e das construtoras. Durante o final da década de 1970 teve início uma mobilização protagonizada pelos habitantes da área rural, os quais criaram a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), sendo estruturada nas regiões das UHEs Itá e Machadinho, considerando-se que estes seriam os primeiros empreendimentos do Alto Uruguai a serem instalados. Contando com a participação da Igreja Progressista, orientada pela Teologia da Libertação, em 1985 o CRAB torna-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e a partir do ano de 1989 foi reconhecido enquanto um movimento nacional. A partir de uma conjuntura referente ao Alto Uruguai e às UHEs Itá e Machadinho, cria-se uma identidade nacional de “atingidos”, passo importante levando-se em consideração a formação de uma organização que abrange diversas lutas, sujeitos e contextos brasileiros relacionados à construção de usinas hidrelétricas e suas diversas consequências (LOCATELLI, 2000; PEREIRA, 2018; REIS, 2009).

2.2.3 O patrimônio arqueológico

Outra problemática pertencente ao escopo da pesquisa refere-se ao patrimônio cultural e arqueológico pré-colonial presente nas margens do Alto rio Uruguai, considerando as ocupações indígenas que habitaram a área desde pelo menos 11 mil anos, ocupações estas atestadas pelo grande número de sítios arqueológicos encontrados ao longo da extensão do referido rio (CHMYZ; PIAZZA, 1967; LOURDEAU, *et. al.*, 2016). Ao passo que a legislação

¹¹ Denominação aplicada pela comunidade que habitava a área atualmente alagada de Itá (SC).

ambiental foi ganhando consolidação, as questões relativas à preservação do patrimônio arqueológico também passaram a ter proteção legal. Porém, é importante ressaltar que as leis referentes a este assunto nem sempre abrangeram a pluralidade do que se compreende por patrimônio cultural. A primeira legislação foi criada durante a década de 1930, a partir do Decreto-Lei nº 25 de 1937, o qual, através do Art. 1º,

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Seguindo a lógica de um projeto mais amplo que abarcava uma perspectiva nacionalista e integralista do governo Vargas, os patrimônios que receberam maior atenção do Estado foram os edifícios do período colonial e os palácios governamentais. Neste sentido, os bens culturais que não referiam-se às elites brasileiras, acabaram por ser deixados de lado, sem receberem o direito à manutenção das memórias das classes subalternas (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Pode-se afirmar também que as políticas públicas pensadas em torno do patrimônio brasileiro foram sendo criadas e alteradas de acordo com as ideologias e prioridades de cada governo que assumiu o poder. Ainda antes do primeiro governo militar, destaca-se a criação da Lei nº 3.924, a qual trata dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, e suas definições, enquanto responsabilidade do Poder Público, bem como, da proibição do aproveitamento econômico, destruição ou mutilação destes, das escavações arqueológicas mediante autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre outros apontamentos (BRASIL, 1961). Durante o período do regime militar brasileiro, momento da História em que se dá maior atenção aos empreendimentos de usinas hidrelétricas no país, as ações em prol da proteção do patrimônio cultural brasileiro reduziram-se ao comércio de obras de arte antigas e à criação de cursos de formação de mão de obra para o incentivo à produção literárias e artística vinculadas aos valores nacionalistas (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Foi durante o período de reabertura política, na década de 1980, e com a Constituição Federal de 1988, em que realizaram-se revisões teóricas no que tange à preservação dos bens culturais, e,

Além disso, as disposições contidas no artigo 215 reiteraram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, [...]. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida dos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 51).

É possível perceber então que a legislação ambiental e patrimonial correlacionaram-se, sobretudo a partir da década de 1980, quando percebeu-se que, com a construção de grandes empreendimentos como é o caso das usinas hidrelétricas, muitos sítios arqueológicos, reconhecidos enquanto patrimônio na União, seriam impactados. Impacto este que implica diretamente na relação da sociedade e comunidades locais para com suas respectivas memórias e identidades, sobretudo no que diz respeito aos povos indígenas do presente, uma vez que, os sítios arqueológicos pré-coloniais atestam ocupações do território por diferentes grupos indígenas, com suas respectivas características que antecederam, em milhares de anos, a chegada de colonizadores europeus. Porém, conforme afirma Carbonera (2011), as pesquisas arqueológicas na porção brasileira do rio Uruguai começaram quatro décadas antes do início dos estudos de viabilidade para construção de usinas hidrelétricas na região.

Um dos primeiros registros sobre os materiais arqueológicos encontrados no Oeste catarinense referem-se ao final do século XIX, porém, não há registros específicos no que diz respeito às características do material arqueológico encontrado. Já no início do século XX, a colonização de imigrantes europeus e de seus descendentes também culminou no encontro mais frequente de materiais arqueológicos na região, uma vez que, segundo José Carlos Radin e Renilda Vicenzi (2018) os terrenos foram sendo cada vez mais explorados, com a derrubada das matas e preparo da terra para a atividades de subsistência. Neste período o patrimônio arqueológico passou a ser interpretado enquanto exótico e passível de colecionismo, e somente alguns objetos, aqueles que chamavam mais a atenção, ganhavam espaços, não tecnicamente adequados, de maior preservação. Ainda na primeira metade do século XX, mais especificamente durante as décadas de 1940 e 1950, destacam-se os nomes de Balduino Rambo e Antônio Selistre de Campos como os primeiros colecionadores da região. Ambos realizaram trabalhos de coleta de materiais e formaram, ao longo do tempo, importantes coleções arqueológicas, que atualmente encontram-se em museus nas cidades de Itapiranga (SC) e Chapecó (SC).

A década de 1960 ganha destaque no que diz respeito ao início das pesquisas referentes ao patrimônio arqueológico da região oeste de Santa Catarina. Neste período, desponta o nome do padre pesquisador João Alfredo Rohr, quem lutou em defesa do patrimônio arqueológico e influenciou, inclusive na criação da Lei nº 3.924 (BRASIL, 1961), contribuindo também para que a arqueologia, enquanto ciência, se consolidasse no Brasil, através dos estudos e registros dos sítios arqueológicos realizados em diferentes regiões do estado de Santa Catarina (CARBONERA, 2011). Na segunda metade desta mesma década,

ocorreu também o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), e na região Oeste de Santa Catarina, neste período atuou sobretudo Walter Piazza. Na década de 1970, pesquisadores que publicaram trabalhos sobre a região foram Maria José Reis e Pedro Ignácio Schmitz (CARBONERA, 2011).

Indo ao encontro das pesquisas arqueológicas acerca da viabilidade de construção de usinas hidrelétricas, foi a partir da década de 1980 que a região do Alto rio Uruguai tornou-se um recorte geográfico para realização de pesquisas arqueológicas de contrato, seguindo a Lei nº 3.924 (BRASIL, 1961), atrelando-se também às leis, decretos e resoluções citadas anteriormente, que, apesar de não referirem-se especificamente ao patrimônio cultural, pertencem ao escopo dos debates acerca dos materiais arqueológicos. Essa demanda por estudos arqueológicos dentro licenciamento ambiental surgiu da necessidade de identificar, avaliar e preservar o patrimônio arqueológico presente em áreas que seriam afetadas por empreendimentos ou atividades sujeitas ao licenciamento.

A partir deste contexto, as empresas que realizaram as obras de hidroeletricidade passaram a financiar os estudos de arqueologia preventiva, e foi neste momento em que ocorreu a primeira etapa do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai (PSAU), iniciado no ano de 1980 e finalizado em 1985, sob coordenação da arqueóloga e pesquisadora Marilandi Goulart, por meio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Através do PSAU, foram levantados e escavados sítios arqueológicos em toda a extensão catarinense do rio Uruguai (CARBONERA, 2011; LOCATELLI, 2000).

Posteriormente, durante os anos de 1986 até 1997, foi executado o Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai na área de abrangência da UHE Itá (PSAU-UHE Itá). As duas etapas do PSAU deram origem a um grande acervo arqueológico denominado “Acervo Marilandi Goulart”, pesquisado por Carbonera durante o século XXI (2008, 2014). Para além das pesquisas arqueológicas realizadas na área da UHE Itá, também cabe ressaltar as pesquisas realizadas na área da UHE Machadinho, iniciadas, da mesma maneira, durante a década de 1980. Referente à esta obra (NÉSPOLI; PIZZATO, 2007), as ações de salvamento e preservação do patrimônio arqueológico ficaram sob responsabilidade do Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). A partir das coletas sistemáticas, das prospecções e das escavações, gerou-se um acervo de mais de cem mil artefatos arqueológicos, os quais, após serem resgatados, possibilitaram o exercício de diversas pesquisas sobre a região no que tange às ocupações pré-coloniais.

Se faz necessário mencionar ainda que nas primeiras décadas do século XXI houve um aumento exponencial das pesquisas relacionadas ao licenciamento ambiental em diferentes

pontos da bacia do rio Uruguai (CALDARELLI; LAVINA, 2011). Juntamente a isso, é válido destacar também a importância dos trabalhos relacionados à arqueologia pública, uma vez que esta é fundamental no que tange à proximidade entre as comunidades locais e o patrimônio cultural, para que assim ocorra uma maior democratização dos saberes referentes à cultura material de povos que antes habitavam os mesmos territórios do presente, reforçando-se assim a responsabilidade social da arqueologia, que não é findada apenas nas pesquisas (BERTONCELLO, 2020; *et. al.* 2022).

Tais ações têm possibilitado responder muitas perguntas sobre as antigas ocupações pré-coloniais, assim como têm promovido novos estudos acadêmicos com base nas coleções e nos sítios registrados e que, por algum motivo, se preservaram da construção de represas e outros empreendimentos. Essas pesquisas têm apontado também que ações antrópicas, sobretudo nas últimas décadas, têm sido responsáveis pela destruição do patrimônio arqueológico *in situ*¹², destacando-se as atividades relacionadas à agricultura de minifúndios ou latifúndios, bem como, os assentamentos rurais e obras urbanas de engenharia de médias e grandes proporções como a instauração de UHEs e os consequentes desastres ambientais que relacionam-se à estes contextos (MONTICELLI, 2002; 2005).

¹² Termo utilizado na arqueologia para designar os materiais arqueológicos que não foram movidos do seu contexto original, de origem. Ou seja, quando o material está *in situ*, significa que não foi perturbado pelas ações do ser humano, do ambiente, de animais ou de atividades econômicas que ocorram no espaço.

3. À MONTANTE DO ALTO RIO URUGUAI: REGISTROS ARQUEOLÓGICOS DA OCUPAÇÃO GUARANI

Pretende-se aqui apresentar o histórico de ocupação pré-colonial no Alto rio Uruguai, desde os grupos caçadores-coletores até as ocupações pré-coloniais mais recentes, abrangendo-se as populações Guarani e Jê. Serão abordadas, em específico, a ocupação Guarani no território brasileiro, sobretudo na bacia do rio Uruguai, bem como as características do modo de vida e da cultura material do respectivo grupo. Em meio à tal contexto de ocupações e transformações do ambiente por inúmeros grupos humanos, a presente pesquisa evidenciará, com o auxílio de mapas e fotografias, o sítio arqueológico Guarani pré-colonial U-381 Batista Rector, situado atualmente no município de Alto Bela Vista.

Serão expostas as características gerais do sítio, como as condições de preservação e acesso, tipologias de materiais existentes e encontrados, sua disposição e respectivas quantidades, bem como, a estratigrafia e resultado de análise de datação da ocupação na localidade específica. Ainda, será discutida a análise, realizada primeiramente em termos técnicos, referente às características físicas de fragmentos de cerâmica no que diz respeito aos tipos de tratamentos de superfície e morfologias dos vasilhames¹³. Por fim, serão relacionados os dados obtidos para então compreender a variabilidade da cultura cerâmica Guarani no tempo e no espaço.

3.1 A UNIDADE ARQUEOLÓGICA GUARANI

Muito antes de ser compreendido enquanto Alto Bela Vista, Alto rio Uruguai, Santa Catarina, Brasil, o território que a presente pesquisa abrange refere-se à um território ocupado há milênios antes dos primeiros pés brancos e europeus aqui pisarem, ainda na época geológica denominada Pleistoceno (PROUS, 2006). Conforme ressalta Schmitz, o oeste catarinense:

[...] foi povoado junto com o restante do subcontinente meridional, em tempos diferentes e em movimentos de diversas procedências. [...]. As primeiras culturas duraram muitos milhares de anos. Nenhuma delas nasceu no local ou é exclusiva dele. Quando olhamos os poucos restos com que os arqueólogos as reconstituem, essas culturas parecem imutáveis. Os estranhos nomes com que as identificam, ainda, confirmam esta impressão. Mas elas também estavam sujeitas a mudanças, [...], por fatores ambientais e sociais, internos e externos (2011, p.75).

¹³ As morfologias foram obtidas através da reconstituição de bordas dos vasilhames. Neste caso, é importante ressaltar que apenas uma porção do número total de bordas foi passível de reconstituição, devido à particularidades no que diz respeito às dimensões de cada peça.

Assim, se faz importante reforçar a característica de que, com suas próprias dinâmicas culturais e de ocupação, os povos indígenas das Américas formaram diversas e complexas sociedades, nos mais variados ambientes em constante transformação. Tais dinâmicas podem ser identificadas e compreendidas através da ciência arqueológica, a qual estuda a presença de antigos grupos humanos em diferentes territorialidades, suas variabilidades e habilidades no que tange à tecnologias através do estudo de suas respectivas culturas materiais, que resistem à ação do tempo e do espaço, na busca pela compreensão das relações sociais e suas transformações (FUNARI, 2010). Antes de ser especificada a unidade arqueológica Guarani acerca de suas principais características, é importante salientar a presença de outros grupos denominados Caçadores-coletores e Jê, que também ocuparam a região, uma vez que os contextos arqueológicos, no que diz respeito à datações e materiais, se sobrepõem estratigráfica e cronologicamente, e/ou dizem respeito à mesma ocupação.

Tais contextos da região do Alto rio Uruguai são importantes pois permitem compreender ocorrências diversas, como por exemplo: dimensão da área de ocupação, tanto horizontal quanto verticalmente, práticas funerárias, consumo e/ou utilização de plantas e animais para alimentação e produção de ferramentas e utensílios. Há casos em que pode-se perceber uma produção e utilização maior de alguns objetos em relação à outros, momentos de abandono do objeto no processo de fabricação, busca ou intercâmbios por matérias primas advindas de localidades mais longínquas. Outras evidências presentes no material arqueológico tangíveis de análises são as mudanças temporais ou regionais referentes à tecnologia, tipologia ou estilística (HOELTZ; BRÜGGERMANN, 2011; SCHMITZ, 2011).

Os habitantes mais antigos que conhecemos referente ao Oeste catarinense são os grupos caçadores-coletores, e ocuparam o Alto rio Uruguai desde a transição Pleistoceno-Holoceno, entre pelo menos 12 mil AP (LOURDEAU; *et. al.*, 2016; NOELLI, 1999-2000; SANTOS; *et. al.*, 2021). Atualmente, após décadas de trabalho de campo e laboratório, a comunidade científica e local tem à seu dispor um grande número de registros e análises que resultaram em novos dados referentes às ocupações mais antigas da região. Destacam-se, neste sentido, para além dos primeiros estudos arqueológicos na região, mencionados no início desta monografia, as pesquisas realizadas no ano de 2008 pela empresa Scientia Consultoria Científica, no âmbito da arqueologia preventiva para a construção da UHE Foz do Chapecó (CALDARELLI; HERBERTS, 2010), o projeto Povoaamentos Pré-históricos do Alto Rio Uruguai (POPARU), realizado em parceria entre o CEOM-Unochapecó, o Museu Nacional de História Natural da França com apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da França e o projeto ASSA Program, também

realizado pelo CEOM-Unochapecó em parceria com o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas da Argentina (CONICET).

Estes últimos projetos completaram dez anos de execução e vêm destacando-se nos estudos mais recentes acerca das populações indígenas pré-coloniais mais antigas da Bacia do Prata¹⁴, bem como, são fundamentais por reunirem pesquisadores de diversos países, estados, regiões e universidades. Torna-se importante destacar que, mesmo que a maior parte das datações referentes às ocupações mais antigas de Caçadores-coletores do Alto rio Uruguai sejam da área arqueológica da Foz do Chapecó (SANTOS *et. al.*, 2021), situada a jusante da área desta pesquisa, estas informações são pertinentes para compreender o contexto arqueológico da região, incluindo-se, desta maneira, a localização do sítio arqueológico U-381 Batista Recttor.

Os grupos Caçadores-coletores da referida região eram populações que praticavam a economia de subsistência a partir da caça, da coleta de frutas e vegetais e da pesca. De acordo com os registros arqueológicos, é possível afirmar que eram indivíduos nômades e que habitavam as margens dos rios em pequenos grupos, tanto a céu aberto ou em abrigos sob rocha (SCHMITZ, 2011). A dinâmica de ocupação consistia em acampamentos por temporalidades variadas conforme a disponibilidade de recursos para sua sobrevivência, acompanhando majoritariamente os principais cursos d'água e as várzeas destes rios, considerando as maiores probabilidades de êxito nas atividades de subsistência e na disponibilidade de matérias primas para a confecção de ferramentas e utensílios (SCHMITZ, 2011).

Um fator que também deve ser levado em consideração são as temperaturas mais baixas, considerando-se o Pleistoceno enquanto momento de ocorrência da última glaciação. Assim, é provável que as margens do rio Uruguai apresentassem temperaturas mais favoráveis em relação às planícies circundantes, bem como, em altitudes mais baixas a presença de umidade é superior, oportunizando o crescimento de bosques ribeirinhos, os quais possuíam abundância em madeira e lenha para a confecção de fogueira, artefatos e estruturas habitacionais, bem como eram áreas em que habitava uma grande quantidade e variedade de animais para caçar e pescar, considerando-se também a existência da megafauna na região (LOPONTE; CARBONERA, 2022).

¹⁴ Para verificação de pesquisas mais recentes acerca das ocupações pré-coloniais da região da Bacia do Prata e do sul do Brasil, consultar Caderno de Resumos dos seguintes eventos: “Arqueologias do Sul: diálogos científicos em tempos de crise”, do XII Encontro da Sab Sul e da IV Jornadas de Atualização em Arqueologia Guarani (2022), e “IV Congresso Internacional de Arqueologia da Bacia do Prata” (2023).

Em relação à materialidade arqueológica existente que referem-se à estes grupos, o que encontra-se nas escavações são, na quase totalidade, objetos líticos¹⁵. Isto ocorre devido à baixa preservação da matéria orgânica no solo ácido da região (SCHMITZ; BEBER, 2011), porém, não significa a não utilização de materiais orgânicos por estes sujeitos, como ossos, peles e madeira, por exemplo. Os objetos dos Caçadores-coletores encontram-se em níveis mais profundos de enterramento em razão de depósitos aluviais¹⁶ ocorridos nos rio, e devido à

[...] um período milenar de aumento do volume da água, acompanhado de acumulação de sedimentos nas margens, o qual foi seguido de um período de diminuição, que deixou ao redor do seu nível atual. Assim, as fogueiras acesas na beira do rio pelos antigos moradores durante o período de seu crescimento foram sendo cobertas por sucessivos depósitos de sedimentos, o que explica a diminuição gradativa das idades dos sítios do fundo da barranca em direção à superfície. Os indícios só ficaram visíveis depois que o rio voltou a um nível inferior, especialmente por ocasião de grandes estiagens, ou em escavações sistemáticas [...] (SCHMITZ, 2011, p.76).

Os objetos que indicam ocupações mais antigas no rio Uruguai são caracterizados principalmente por instrumentos líticos lascados, ganhando destaque as pontas de projétil popularmente denominadas de “rabo de peixe”, pois apresentam uma silhueta semelhante. Tais artefatos, datados entre 12.900 e 11.500 AP, são encontrados também nas províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos, bem como, nos estados brasileiros do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, porém, até o momento, ainda é necessário um maior número de análises, que envolvem diversas áreas da ciência, acerca destes objetos, uma vez que raramente aparecem em *in situ* (LOPONTE; *et. al.*, 2016; LOPONTE; CARBONERA, 2022).

Para além das pontas de projétil, peças que mais chamam a atenção e são reconhecidas pela população local, é válido mencionar que a produção de instrumentos por estes povos ia muito além, bem como havia uma grande variedade de utilização de matérias primas, escolhidas conforme preferências e conhecimentos específicos de cada grupo ou indivíduo que as manuseava. Assim, são encontrados, conhecidos e estudados artefatos líticos em sua maioria de sílex, quartzo, calcidônia, basalto e arenito, matérias primas que foram transformadas pelas mãos humanas em artefatos, aqui apresentados de maneira geral, com técnicas variadas de lascamento. Assim, há a presença de objetos líticos como pontas de projétil, lâminas, lascas e núcleos com características variadas: retocados, unifaciais, bifaciais, unipolares e bipolares (HOELTZ; BRÜGGERMANN, 2011; LOPONTE; *et. al.*, 2015; LORDEAU; *et. al.*, 2016; SANTOS; *et. al.*, 2021; SCHMITZ, 2011). Os resultados das mais recentes pesquisas acerca deste grupos no Alto rio Uruguai são provenientes principalmente

¹⁵ Na arqueologia este termo refere-se aos materiais confeccionados pelo ser humano a partir de pedras.

¹⁶ Depósitos de sedimento ocasionados pela correnteza do próprio rio.

dos sítios arqueológicos Uruguai 1 e Linha Policial 7¹⁷, bem como de escavações em outras localidades e de coleções arqueológicas de museus.

Outro grupo pré-colonial que ocupou o Oeste de Santa Catarina, foram os denominados Jê, ou então, Itararé-Taquara, indivíduos reconhecidos enquanto antepassados dos contemporâneos grupos indígenas Xokleng e Kaingang. Pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, estes indivíduos são originários da região central do Brasil e habitaram sobretudo as regiões do planalto catarinense desde aproximadamente 3 mil anos AP (SCHMITZ; BEBER, 2011). Porém, há também registros de ocupações destes grupos na extensão do Alto rio Uruguai e no litoral atlântico, conforme vê-se adiante. Quando são abordadas as ocupações de agricultores ceramistas da unidade arqueológica Jê, torna-se importante mencionar os trabalhos realizados por Maria José Reis, arqueóloga que localizou um grande número de sítios arqueológicos referentes à ocupações Jê, e suas pesquisas resultaram na publicação do livro “A problemática das estruturas subterrâneas no planalto catarinense” (2007), uma das principais referências bibliográficas produzidas acerca dos grupos Jê.

Estes grupos caracterizam-se, para além de sítios a céu aberto, principalmente por apresentarem como principais vestígios arqueológicos na paisagem as casas subterrâneas, os aterros monticulares e os vasilhames cerâmicos com atributos bastante característicos (REIS, 2007). Os aspectos dos vestígios Jê estão diretamente relacionados ao ambiente que os circundava, uma vez que os sítios arqueológicos estão majoritariamente localizados em altitudes entre 200 e 400 m msnm (BEBER, 2004). Isso significa que as temperaturas no planalto catarinense eram mais baixas em relação às margens do rio Uruguai em contexto da FED. Considerando-se tais aspectos, é importante destacar a presença da Floresta Ombrófila Mista (FOM) que abriga uma grande quantidade de Araucária angustifolia, espécie da qual os Jê desfrutavam para sua subsistência a partir da coleta de pinhão (BEBER, 2004), para além dos demais vegetais cultivados e animais provenientes da prática da caça e da coleta, que continuaram a acontecer mesmo com a prática da agricultura e com o modo de vida sedentário.

A partir destes apontamentos, explica-se a construção de casas subterrâneas, verdadeiras obras de engenharia pensadas enquanto refúgio do inverno e local para armazenamento de comidas e bebidas. Espaço onde localizavam-se fogueiras, as estruturas subterrâneas eram formadas por uma depressão circular que variava entre 3 e 20 metros de

¹⁷ Estes sítios arqueológicos são conhecidos também como RS-URG-01 e ACH LP 07. São áreas em que chama-se a atenção para técnicas específicas de lascamento (LOURDEAU, *et. al.*, 2016).

diâmetro, e pouco mais de 2 metros de profundidade. As depressões eram cobertas por uma sustentação de troncos e palha, e, em casas subterrâneas catarinenses há mais vestígios materiais no entorno das depressões do que dentro delas, não sendo encontrados registros do que poderia ser interpretado enquanto “lixeiros” domiciliares ou coletivas (SCHMITZ; BEBER, 2011). Importante destacar também que

As casas que, através do tempo, foram compondo um sítio podiam cumprir funções ao menos parcialmente diferentes, que podemos inferir de suas medidas, forma, densidade de ocupação e cronologia. As casas de um sítio costumam estar muito próximas umas das outras. O fato de estarem juntas não nos dá certeza de terem formado uma verdadeira aldeia com vida comunitária (SCHMITZ; BEBER, 2011, p.250).

Outras estruturas que fazem parte da cultura pré-colonial Jê são os aterros monticulares, que muitas vezes encontram-se associados às casas subterrâneas e recentemente também foram cadastrados pelo PRESASC, gerando-se novos dados (CARBONERA; LOPONTE, 2020). São caracterizados por apresentarem dimensões entre 5 e 20 metros de diâmetro e, em geral, possuem uma vala ao seu redor, o que pode ser sinal da retirada do sedimento para a construção do montículo (SCHMITZ; BEBER, 2011). Ainda não há um consenso absoluto sobre as interpretações a respeito destes monumentos, porém, estudos recentes apontam algumas destas estruturas enquanto espaços ritualísticos ou cerimoniais (SZCZYGEL; *et. al.*, 2022). Apesar de não encontrarem-se completamente compreendidas,

A interpretação como estruturas funerárias, que predomina entre arqueólogos para esses aterros, certamente, não esgota a variabilidade das construções comunitárias, sociais ou rituais, que foram sendo produzidas durante os séculos de ocupação do planalto sul brasileiro (SCHMITZ; BEBER, 2011, p.254).

Acerca de transformações pelos grupos Jê no planalto catarinense, destacam-se também as estruturas anelares, as quais associam-se à diferentes processos de sepultamentos e cremações e que encontram-se, muitas vezes, em locais de destaque na paisagem reforçando a identidade do grupo e tornando-se uma referência territorial (MÜLLER; SOUZA, 2011a).

Em termos de peças arqueológicas, tal qual os Caçadores-coletores e os Guarani, os Jê também produziam artefatos líticos, ósseos e vegetais. Porém, no momento será destacada a cerâmica confeccionada por tais indivíduos, uma vez que foram encontrados fragmentos cerâmicos desta unidade arqueológica associados ao sítio U-381 Batista Rector. Intimamente vinculados à alimentação, os vasilhames cerâmicos eram utilizados sobretudo para o armazenamento e processamento dos alimentos a serem consumidos pelos grupos agricultores pré-coloniais do oeste catarinense, e eram confeccionados de acordo com as matérias-primas disponíveis no ambiente e a partir das preferências ou costumes culturais de cada grupo e de

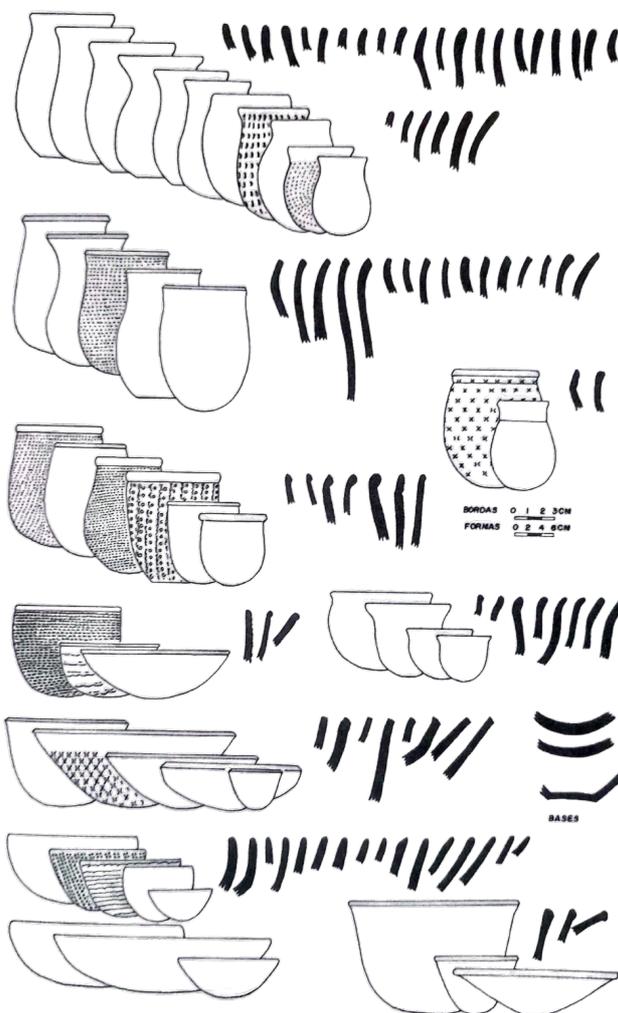
quem as produzia, gerando-se regionalismos culturais (OLIVEIRA, 2011), aspecto melhor exposto adiante.

Devido à ocupação de duas unidades arqueológicas ceramistas no Alto rio Uruguai,

Os aspectos utilizados para diferenciar os grupos têm sido principalmente o antiplástico, o tratamento de superfície e a morfologia dos recipientes cerâmicos, muito embora também são considerados os tipos dos sítios e os ambientes onde eles são encontrados (CARBONERA, 2014, p.66).

Assim, diferentemente da cerâmica Guarani, a cerâmica Jê é reconhecida por sua morfologia estreita e alongada, com pequenas dimensões, espessura fina das paredes e tratamentos de superfície denominados enquanto unglados, ponteados, incisos e carimbados, características ilustradas na figuras 08 e 09 (BEBER, 2004).

Figura 08 - Formas da cerâmica Jê



Fonte: De Masi e Artusi (1985, p.121).

Figura 09 - Tratamentos de superfície da cerâmica Jê



Fonte: Carbonera (2014, p.159).

A unidade arqueológica Guarani pré-colonial é um grupo indígena originário da região brasileira amazônica e que pertence ao tronco linguístico Tupi-guarani¹⁸. De acordo com pesquisas, há 2.500 anos AP, devido a um grande crescimento demográfico, esses agricultores ceramistas iniciaram seu processo de expansão partindo da Amazônia e dirigiram-se ao sul do Brasil, ocupando também um vasto território que atualmente abrange o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, ou então, mais especificamente toda a Bacia do Prata e seus principais rios: Uruguai e Paraná (BROCHADO, 1984; LOPONTE; ACOSTA, 2013; NOELLI, 1999-2000; SCHMITZ; FERRASSO, 2011). Atualmente, através de pesquisas em andamento, é possível afirmar que o ponto extremo da expansão meridional Guarani na América do Sul encontra-se na Ilha Martín García, localizada na província de Buenos Aires, Argentina (ACOSTA, 2023).

É importante destacar que muitos dos assentamentos Guarani pré-coloniais caracterizam-se por terem formado grandes aldeias, as quais, estima-se, poderiam chegar a centenas de indivíduos (CARBONERA, 2014). Assim, vivendo em grandes grupos sedentários e constituindo moradias nas várzeas de grandes rios, os Guarani desenvolveram

¹⁸ Também pertencente a este tronco linguístico, cabe mencionar a expansão das populações Tupi pelo litoral brasileiro.

seu modo de vida adaptando-se às características do ambiente, bem como, transformando-o. Tais aspectos podem ser observados a partir dos vestígios arqueológicos, os quais atestam práticas de caça, coleta e agricultura.

Onde chegava, o Guarani se estabelecia em área de muita água e mata densa na qual pudesse reproduzir seu tradicional estilo de vida. Para tanto, necessitava de terrenos férteis, quentes e com boa drenagem, nos quais fosse possível cultivar plantas trazidas da Amazônia, como o milho, a mandioca, o amendoim, o cará, o algodão e o fumo. E, ao mesmo tempo, conseguir a necessária proteína e gordura, por meio da caça na mata, da pesca nos rios, da apanha de moluscos aquáticos e terrestres e da captura de insetos e seus produtos (SCHMITZ, 2011, p.139).

Ocupando toda a extensão do Alto rio Uruguai, e portanto a Floresta Estacional Decidual (FED), as principais classes de vertebrados, de grande, médio e pequeno porte, consumidos pelos Guarani eram peixes ósseos, répteis, aves e mamíferos (SCHMITZ; FERRASSO, 2011). Recentes resultados de análises isotópicas¹⁹ têm indicado, portanto, que a dieta Guarani, tanto nas regiões brasileiras, quanto argentinas e paraguaias, baseava-se em significativa ingestão de carboidratos, sobretudo relacionada ao milho, e, em menor proporção, de proteínas (CARBONERA; *et. al*, 2022).

A cultura material da unidade arqueológica Guarani é bastante diversificada e é caracterizada principalmente pela presença de artefatos líticos, cerâmicos, ósseos e botânicos. Da mesma maneira, aqui será atribuído maior destaque aos vasilhames cerâmicos produzidos por tais indivíduos. Porém, cabe mencionar que, assim como os demais grupos, os Guarani também utilizavam as matérias-primas presentes no ambiente em que viviam. No caso dos materiais líticos, há evidências de produção de objetos lascados, e sobretudo, polidos. Destacam-se assim as rochas como o arenito, o quartzo, a calcedônia e o basalto para a produção de machados, mãos-de-pilão, raspadores e afiadores em canaleta, bem como, os adornos, a exemplos dos tembetás e conta de colares (PROUS, ALONSO, 2010).

Certamente, esses grupos faziam utilização de madeira, couro e ossos para a confecção de ferramentas ou utensílios. Porém, conforme salientado no caso dos Caçadores coletores, a matéria orgânica encontra-se em condições de solo muito ácidas, no Alto rio Uruguai, e portanto não preserva-se com muita frequência. Em alguns raros casos, é possível encontrar vestígios botânicos, utensílios ósseos como anzóis e instrumentos ornamentais (CARBONERA; LOPONTE, 2022). Outro vestígio bastante presente em sítios arqueológicos Guarani são as estruturas de combustão, associadas a contextos em que geralmente são

¹⁹ A análise de isótopos é utilizada na arqueologia para a coleta de informações acerca dos principais alimentos consumidos por indivíduos humanos ou faunísticos no passado. Para obter tais resultados, são utilizados fragmentos ósseos ou dentes.

identificadas enquanto fogueiras para cozimento de alimentos. Tais aspectos são relacionados também à presença de solo antropogênico²⁰ e carvão, devido à decomposição dos depósitos de matéria orgânica (GOULART, 1997b; ROHR, 1966).

A cerâmica Guarani é, na maioria dos casos, é o material em maior densidade encontrado nos sítios arqueológicos deste grupo, demonstrando que este objeto desempenhou uma importante função e significância na vida desempenhou destas sociedades, também exercendo funções para fins alimentícios, como armazenamento e cozimento dos vegetais e animais consumidos, das bebidas preparadas, bem como, em momentos ritualísticos ou funerários (OLIVEIRA, 2011).

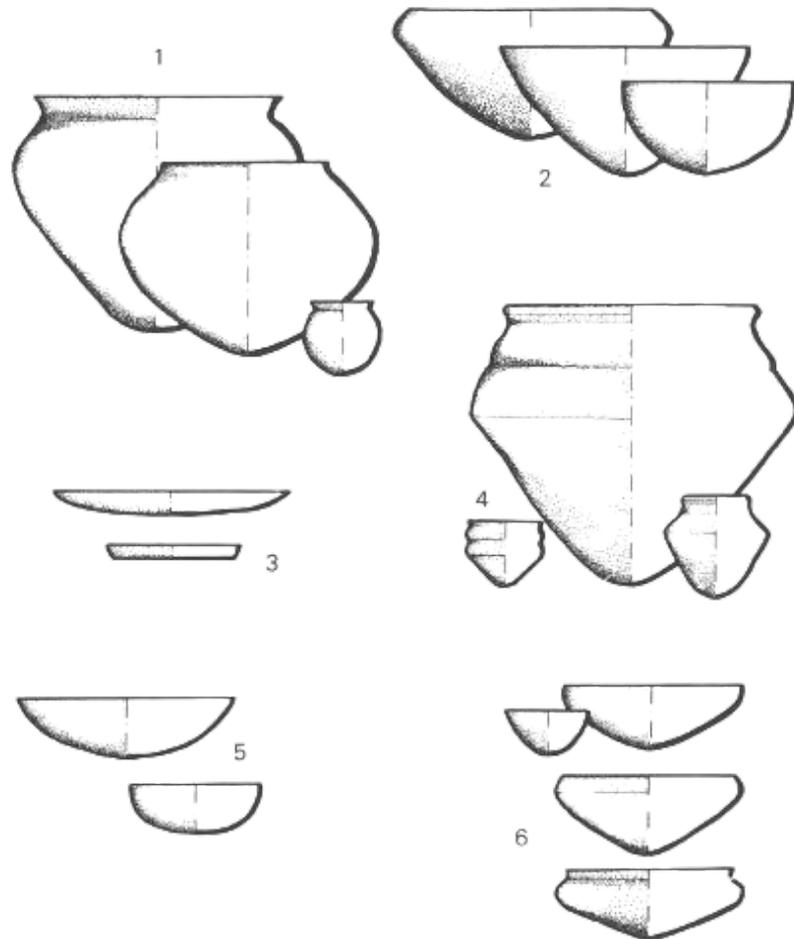
De maneira geral, as formas dos vasilhames cerâmicos Guarani encontrados na região do Alto rio Uruguai “[...], são típicas daquelas encontradas em todo o Sul do Brasil: têm contornos bastante variados, que vão de simples a complexos [...]. O tamanho das vasilhas também pode variar de pequenas tigelas até grandes talhas com bocas arredondadas.” (OLIVEIRA, 2011, p.220). Conforme ressalta Monticelli (2007), as características próprias da cerâmica Guarani é capaz de definir fronteiras étnicas no que diz respeito a grupos vizinhos ou inimigos, a partir dos quais evidencia-se também as diferenças e as identidades próprias destes agricultores ceramistas.

Em relação à dimensões, formas e funções, Brochado e Monticelli apresentam as morfologias típicas dos vasilhames Guarani, representadas pela figura 10, sendo:

1- panelas para cozinhar (*yapepó*); 2- caçarolas para cozinhar (*ñaetá ou ñaeá*); 3- pratos para assar beiju (*ñamõpu ou ñamypiu*); 4- jarras para bebida em geral, especialmente bebidas fermentadas alcoólicas (*cambuchí*); 5- pratos para comer (*ñaembé ou teembirú*); tigelas para beber (*cambuchí caguãba*). (1994, p.108-109).

²⁰ Denominado também como terra preta, “O conceito de solos antropogênicos se baseia em qualquer alteração física, química e ou morfológica significativa sobre os solos que sejam provenientes de ações humanas, [...]” (TEIXEIRA, *et. al.*, 2022, p.109).

Figura 10 - Formas da cerâmica Guarani



Fonte: Brochado; Monticelli (1994, p.110).

As decorações plásticas mais características nos vasilhames cerâmicos Guarani são: liso, corrugado, ungulado e pintado, exemplificados na figura 11 (BROCHADO; LA SALVIA, 1989; SCHMITZ, 2010), e na maioria das vezes são encontrados na face externa. As principais cores utilizadas na pigmentação dos vasilhames Guarani pintados são o branco, o preto e o vermelho, bem como, há uma grande diversidade de motivos, confeccionados principalmente em traços retilíneos, curvilíneos e pontos (CARBONERA, *et. al.*, 2021; LOPONTE, *et. al.*, 2022). Porém, é importante destacar que, apesar haver padrões nos tratamentos de superfície, nunca foram encontrados vasilhames completamente idênticos (LOPONTE; *et. al.*, 2022). Tal aspecto demonstra que as ocupações Guarani apresentavam diferenças entre si, e essas diferenças também são refletidas na variabilidade das cerâmicas por eles produzidas. Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de não generalizar a cultura desta unidade arqueológica pré-colonial (MONTICELLI, 2007), bem como as demais.

Figura 11 - Tratamentos de superfície da cerâmica Guarani



Fonte: Adaptado de Carbonera; *et. al.*, (2021, p.271).

Para produzir os vasilhames era necessária uma importante sequência de atividades, que envolvia o saber específico destes indivíduos: a coleta, a limpeza, a sobreposição e o cozimento da argila. A principal técnica de confecção da cerâmica Guarani é a sobreposição de roletes de argila (OLIVEIRA, 2011), e outro aspecto bastante presente na pasta da cerâmica Guarani é a inclusão do chamote, caracterizado enquanto fragmentos de cerâmica triturada e misturada à argila com antiplástico (CARBONERA, 2014).

Além disso, cabe mencionar também as práticas de enterramentos características da unidade arqueológica Guarani. De acordo com Müller e Souza (2011b), há uma grande variabilidade nos sepultamentos destes grupos, o que evidenciou-se também no Alto rio Uruguai. De modo geral, são encontrados indivíduos sepultados diretamente no solo, bem como, enquanto forte particularidade Guarani, têm-se registros da utilização de recipientes cerâmicos como urnas funerárias. Em ambos os casos nota-se baixo grau de preservação, aspecto que muitas vezes acaba por dificultar a análise destes contextos (MÜLLER; SOUZA, 2011b).

No caso da presença de enterramentos associados à urnas funerárias, destaca-se, podendo variar, o uso de vasilhames já não mais utilizados com finalidades domésticas, sendo reutilizados para a acomodação dos indivíduos falecidos e também como tampas. Através de pesquisas realizadas no Alto rio Uruguai, é possível afirmar que muitas vezes a acomodação dos corpos encontrava-se em posição sentada e fletida (CARBONERA, *et. al.*, 2018). Müller e Souza (2011b) destacam casos variados de sepultamentos, e evidenciam abordagens relacionadas à testemunhos etnográficos, bem com a problemática dos processos

tafonômicos²¹. Ainda associados à práticas funerárias, chama-se a atenção nos assentamentos Guarani a presença de cerâmica pintada, exemplificada pela figura 12, e geralmente apresenta-se em vasilhames de dimensões menores, caracterizando-se enquanto miniaturas (OLIVEIRA, 2011), e que também são encontradas em contextos que não referem-se à sepultamentos.

Figura 12 - Variabilidade de tratamentos de superfície pintado



Fonte: Adaptado de Carbonera; *et. al.*, (2021, p.280-281).

Para finalizar este panorama geral acerca dos diversos grupos que ocuparam a região do Alto rio Uruguai, é importante mencionar a existência de vestígios que atestam contatos culturais entre as populações ceramistas Jê e Guarani, considerando a presença de cerâmica Jê no sítio arqueológico U-381 Batista Rector. Schmitz (2011) ressalta que, a existência de sítios com vestígios materiais de unidades arqueológicas distintas não significa necessariamente ocupação de contato, mas de habitações de grupos que ocuparam o mesmo espaço em temporalidades diferentes.

²¹ Tafonomia refere-se aos processos de preservação ou decomposição de organismos com o passar do tempo.

No que diz respeito à ocupação de grupos diferentes no mesmo espaço e ao mesmo tempo, no Alto rio Uruguai, mais especificamente nos municípios de Itá e Itapiranga (SC), destacam-se as pesquisas no acervo Marilandi Goulart (CARBONERA, 2008; 2014; ROGGE; CARBONERA, 2011). Os autores apontam para a possibilidade de processos constituídos de maneira multidimensional entre os grupos, ultrapassando concepções de que os contatos tenham ocorrido por razões de simples doador e receptor, designando-se relações mais complexas.

Os estudos de contato cultural envolvem também a formação de áreas em que os processos de interação entre diferentes sociedades atuam. Tais áreas são as “zonas de fronteira”, cuja noção se contrapõe, de certa forma, à noção clássica de “fronteira”. Embora muito próximos, conceitualmente os dois termos mostram diferenças importantes. Enquanto a noção de fronteira geralmente implica em limite, uma linha divisória que fornece uma sensação de exclusão e separação, a noção de fronteira apresenta uma concepção que [...] parece estar marcada por processos de integração envolvendo múltiplas formas de interrelações (econômicas, culturais, sociais, entre outras (ROGGE; CARBONERA, 2011, p.313).

Os resultados dos vestígios encontrados apontam para um maior número de artefatos Guarani encontrados em sítios Jê, do que o contrário. Assim, as pesquisas apresentam a possibilidade de que as populações Guarani foram as responsáveis pelos processos de interação com os Jê. Tal interpretação é válida, para além de outras evidências, se for levada em consideração a perspectiva de que os grupos Guarani tenham sofrido um constante crescimento demográfico que impulsionou-se rio Uruguai acima, bem como, é possível notar também que o deslocamento Guarani rio acima cessa onde encontra-se o final da presença das áreas de várzea e de FED (ROGGE; CARBONERA, 2011; LOPONTE, 2022).

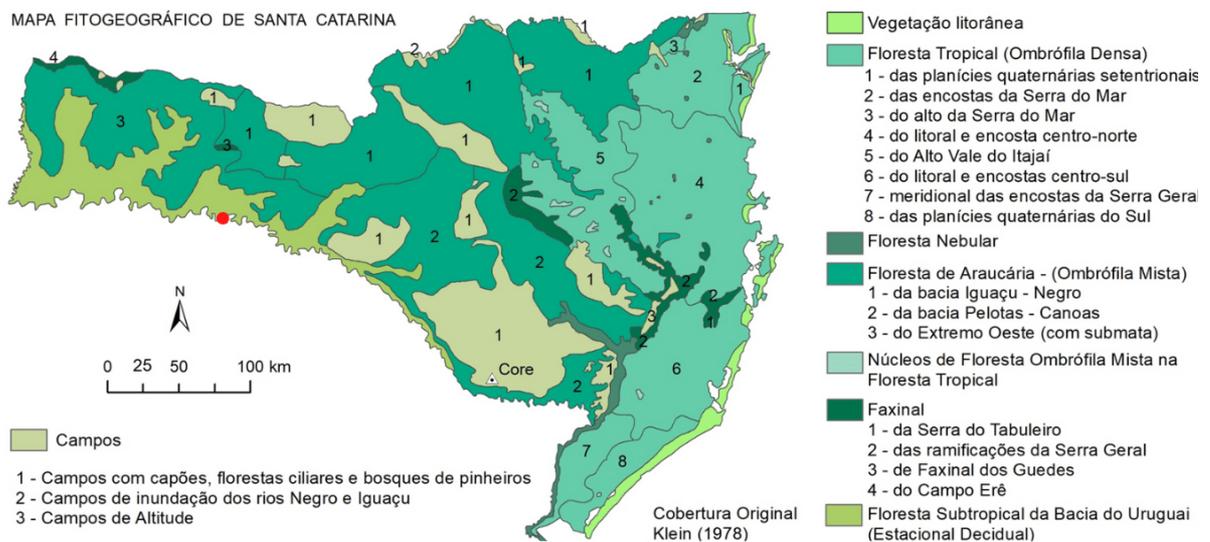
3.2 A ÁREA DE ESTUDO

Conforme mencionado na introdução da presente pesquisa, levando-se em consideração os preceitos da História Ambiental e as escolhas culturais de cada grupo humano, pode-se compreender o contexto da paisagem natural do Alto rio Uruguai enquanto uma preferência de ocupação da unidade arqueológica Guarani, como visto anteriormente. Conforme expõem Sevegnani e Schroeder (2013), é importante salientar que há aproximadamente 10 mil anos AP o ambiente na região de estudo apresentava temperaturas muito baixas em relação ao presente, um clima frio e seco, atributos que impossibilitaram uma grande expansão das florestas. Com o passar dos milênios ocorreram diversas mudanças ambientais, e o clima passou a apresentar-se enquanto mais quente e úmido, possibilitando o prolongamento de florestas (EIDT, 2019; GRAEFF, 2023). É a partir deste novo contexto climático

que se formaram os ecossistemas e a biodiversidade atuais de Santa Catarina. Na Costa Leste, no embasamento cristalino e nas Planícies Litorâneas, estabeleceu-se a Floresta Ombrófila Densa, as restingas com seus sistemas lagunares e os manguezais. No Planalto Vulcânico e Sedimentar se estabeleceram a Floresta Ombrófila Mista ou Floresta com Araucárias, a Floresta Estacional Decidual ou Floresta Subtropical da Bacia do Uruguai e a Estepe ou Campos Sulinos, denominados de regiões fitoecológicas do bioma Mata Atlântica em Santa Catarina. Algumas espécies de plantas e animais conseguem viver em várias dessas regiões fitoecológicas, outras são exclusivas de apenas uma dessas regiões (SEVEGNANI; SCHROEDER, 2013, p.59).

A área de estudo que compreende o sítio arqueológico U-381 Batista Rector refere-se ao bioma Mata Atlântica, sendo caracterizada principalmente pela vegetação de FED, apresentada na figura 13, e que é marcada por dois momentos climáticos bem definidos: um com forte presença de chuva e outro de um grande período de seca (SILVA; *et. al*, 2018). Tais aspectos ocasionam visíveis mudanças na paisagem, podendo-se perceber assim momentos em que a maior parte da vegetação perde consideravelmente suas folhas em determinados períodos do ano, e em outros encontra-se bastante densa.

Figura 13 - Fitogeografia de Santa Catarina e a localização do sítio arqueológico U-381 Batista Rector na FED



Fonte: Adaptado de Perin; *et. al.*, (2021, p.268) e Klein (1978).

Pensando no contexto ambiental do bioma Mata Atlântica e a localização do sítio U-381 Batista Rector, é importante salientar as pesquisas de Dean (1996), as quais tornaram-se grande referência sobretudo para a História Ambiental, e que ressaltam a alteração do referido bioma na longa duração, enfatizando as ações antrópicas desde a pré-colonialidade até a contemporaneidade.

Esta abordagem torna-se importante uma vez que a mata atlântica encontra-se em condição de devastação até a contemporaneidade, sobretudo a partir do processo de “desmatamento civilizador” (BUBLITZ, 2010). Este movimento entra em ascensão na região oeste do estado sobremaneira entre o final do século XIX e durante o século XX a partir dos primeiros movimentos colonizadores (VICENZI, 2008), e que, na atualidade também é refletido no escopo do aproveitamento hídrico e os impactos, no que refere-se ao Alto rio Uruguai e à FED com a construção das usinas hidrelétricas, que, conforme abordado anteriormente:

Com um grande impacto socioambiental, as conhecidas barragens contribuem com projetos de desenvolvimento nacionais e internacionais, mas, por outro lado, protagonizam um complexo processo de reestruturação social e ambiental, que, [...], é motivo de muitas críticas (SILVA; *et. al*, 2018, p.207).

Relacionando aspectos físicos da paisagem com o histórico da ocupação pré-colonial Guarani no Alto rio Uruguai, pode-se observar uma consonância da ocupação Guarani no sítio arqueológico U-381 Batista Rector em relação aos demais registros arqueológicos referentes à esta mesma unidade arqueológica, tanto em termos de cronologia, clima, vegetação e altitude em relação ao nível do mar, considerando a região do Alto Uruguai como as demais ocupações Guarani no curso dos grandes rios da Bacia do Prata.

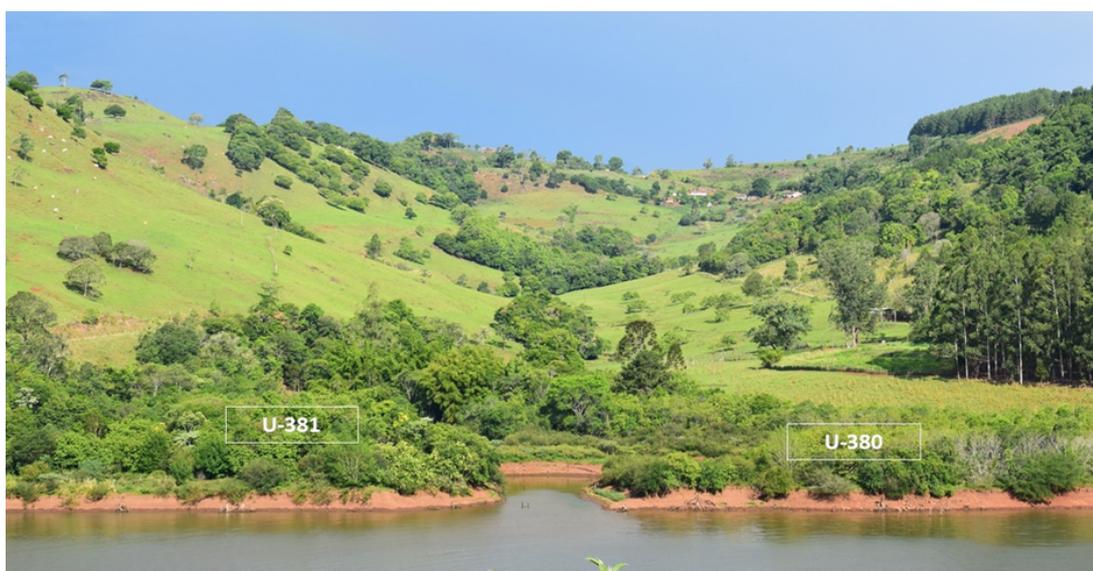
Tais aspectos podem ser afirmados a partir de Schmitz (2011), que salienta maior incidência de materiais arqueológicos encontrados na “[...] confluência de rios secundários com o rio principal, em frente a corredeiras, onde as várzeas são mais largas e existe melhor acesso à água e às matérias-primas necessárias para a fabricação de seus instrumentos (2011, p.76).”, como é o caso do objeto de pesquisa, melhor detalhado adiante. Destaca-se também, conforme aponta Loponte *et.al.*, a grande maioria dos sítios Guarani da região de estudo encontram-se localizados nas margens e bacias associadas à grandes rios como o Iguaçu, o Paraná e o Uruguai, vales que estão abaixo de 400 m sobre o nível do mar. Os autores destacam também que “Todas estas propiedades fueron adecuadas para la construcción del nicho ecológico y social desarrollado por estos grupos horticultores agrupados dentro de la unidad arqueológica Guarani” (2022, p.11).

3.2.1 O sítio arqueológico U-381 Batista Rector

A partir do relatório gerado através do PRESASC, por Carbonera e Loponte (2020), com dados e informações mais recentes, é possível afirmar que o sítio arqueológico U-381 Batista Rector está registrado no IPHAN pelo sistema de Cadastro Nacional de Sítios

Arqueológicos (CNSA) com código “SC00114”. Encontra-se nas coordenadas geográficas 22J 411144 m E 6959642 m S, e está localizado a 380 metros sobre o nível do mar (msnm) . Situado na margem catarinense do rio Uruguai, no interior do município de Alto Bela Vista, e mais especificamente na Linha São Francisco, este sítio arqueológico possui dimensões aproximadas de 150 m x 100 m, encontra-se a céu aberto e é caracterizado por uma ocupação principal com grupos vinculados à unidade arqueológica Guarani. É importante destacar a existência do sítio arqueológico U-380 Batista Rector ao lado do sítio U-381 Batista Rector²², conforme demonstrado na figura 14.

Figura 14- Vista “frontal” dos sítios arqueológico U-380 e U-381 Batista Rector



Fonte: Carbonera; Loponte (2020, p.60).

Em relação ao seu estado de conservação, é importante ressaltar que em décadas anteriores tal localidade foi utilizada como área de cultivo. Conforme mencionado anteriormente, atualmente o sítio encontra-se majoritariamente alagado em consequência do reservatório da UHE Itá, e devido à tal situação, fica praticamente ilhado, sofrendo erosão constante. É possível acessar o local somente em períodos de maior estiagem, ficando evidentes os materiais cerâmicos, líticos, ósseos e principalmente solo antropogênico. Apesar do alagamento, da presença de árvores e raízes, da erosão e do consequente desbarrancamento de materiais arqueológicos, ainda é possível encontrar uma parte *in situ*, aspecto representado pela figura 15 (CARBONERA; LOPONTE, 2020).

²² Provavelmente os dois sítios arqueológicos correspondem à mesma ocupação Guarani pré-colonial. Porém, após o barramento pela UHE Itá, formou-se uma lagoa que dividiu a área, e, devido à proprietários distintos e para facilitar o registro, optou-se pela distinção dos nomes.

Figura 15- Material cerâmico desbarrancado



Fonte: Carbonera; Loponte (2020, p.55).

Acerca das atividades realizadas no local, cabe destacar a coleta de materiais que puderam ser visualizados em superfície. Posteriormente foi efetuada a limpeza do local estabelecido para a escavação, observando-se a área de maior potencial arqueológico. Assim, após retirados galhos e raízes, e conforme ilustrado pela figura 16, delimitaram-se 5 quadras de 1m x 1m, acrescentando-se também uma sexta quadra de aproximadamente 20 cm. A escavação ocorreu na porção superior da barranca exposta pela água, área em que o solo antropogênico encontrava-se em alta exposição, contexto demonstrado na figura 17 (CARBONERA; LOPONTE, 2020).

Figura 16 - Delimitação da área escavada



Fonte: Carbonera; Loponte (2020, p.57).

Figura 17- Vista “lateral” da área exposta do sítio arqueológico U-381 Batista Rector



Fonte: Carbonera; Loponte (2020, p.56).

No que diz respeito à estratigrafia²³ do solo, foi possível identificar três distintas camadas, representadas pela figura 18: camada 1 (0-60cm), composta por sedimento compactado e de coloração marrom claro, e, até o presente momento, pode-se afirmar que tal camada é estéril em termos arqueológicos; camada 2 (60-90cm), caracterizada pela composição de sedimento solto com coloração preta, configurando-se enquanto a camada de solo antropogênico. Possui uma grande quantidade de carvão, material cerâmico, malacológico²⁴, ósseo (tanto de fauna quanto de *Homo sapiens*), bem como, rochas características de fogueira, alteradas pela ação do fogo, e por fim, pequenos seixos naturais. Desta camada foi coletada uma amostra de carvão para datação do sítio, a qual resultou em uma cronologia de 505 ± 15 ¹⁴C anos AP (UCIAMS 252936); camada 3 (>90cm), constituída por sedimento avermelhado, compactado e também arqueologicamente estéril, até onde se tem conhecimento no presente momento (CARBONERA; LOPONTE, 2020).

²³ Sucessão de diferentes camadas no solo.

²⁴ Refere-se à moluscos. Neste caso, foram encontradas conchas em contexto arqueológico.

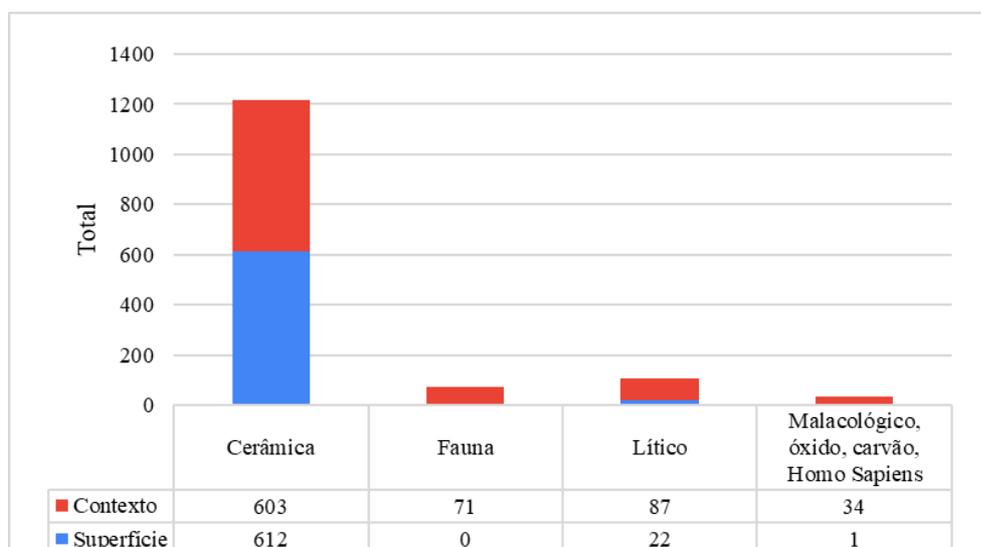
Figura 18- Estratigrafia do sítio arqueológico U-381 Batista Rector



Fonte: Carbonera; Loponte (2020, p.59).

Após análise e classificação do material, foi possível perceber uma maior incidência de material arqueológico coletado em contexto, em relação à quantidade de material em superfície, destacando-se o material cerâmico e lítico, conforme é possível verificar no gráfico 01. Chama-se a atenção também para a quantidade de material ósseo preservado, considerando-se a baixa incidência de preservação de material desta tipologia na extensão do Alto rio Uruguai, quando comparado a outras regiões do Brasil.

Gráfico 01- Relação geral dos materiais arqueológicos encontrados na escavação



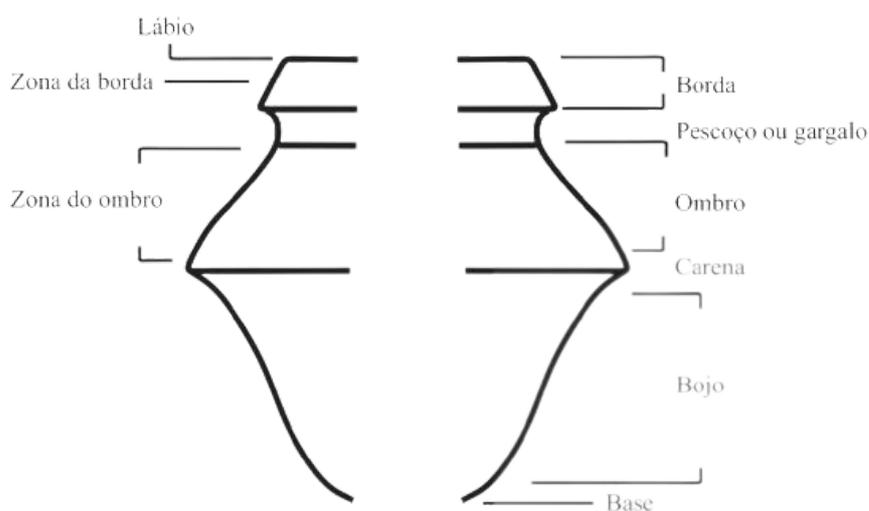
Fonte: elaborado pela autora.

3.2.2 A cultura material cerâmica do sítio U-381 Batista Rector

Nesta pesquisa foram analisados 1.215 fragmentos de cerâmica, os quais representam ~85% da amostra, composta por um conjunto de 1430 vestígios. Primeiramente, através de análise macroscópica e utilizando-se como principal referência La Salvia e Brochado (1989), identificou-se cerâmicas pertencentes à unidade arqueológica Guarani e à Jê. Por corresponder a um sítio arqueológico Guarani, os fragmentos correspondentes a este grupo sobressaíram-se, com um total de 1209, enquanto para a cerâmica Jê foram identificados apenas 8 fragmentos de cerâmica. No momento não foi possível identificar apenas 2 fragmentos em relação à unidade arqueológica.

A classificação da cerâmica compreendeu fragmentos relacionados às partes do corpo, denominadas enquanto borda, bojo e base, conforme ilustrado na figura 19, roletes, alça, massas indefinidas de argila²⁵ e vasilhames parcialmente remontados. A partir deste número de fragmentos, foram identificadas 199 bordas, 67 bases e 911 bojos. A coleção cerâmica possui diferentes tipos de tratamento de superfície plástico nas face externa, os quais apresentam variabilidades dentro das mesmas: corrugado (246), escovado (43), espatulado (21), estocado (3), imbricado (21), inciso (200), liso (469), pintado (30), ungulado (49) e pontado (1), além disso 71 fragmentos foram classificados enquanto “outros”, por apresentarem uma decoração específica, porém, não estão presentes nas categorias clássicas, e por fim, 61 fragmentos classificaram-se enquanto “indeterminados”, dados ilustrados no gráfico 02 e na figura 20.

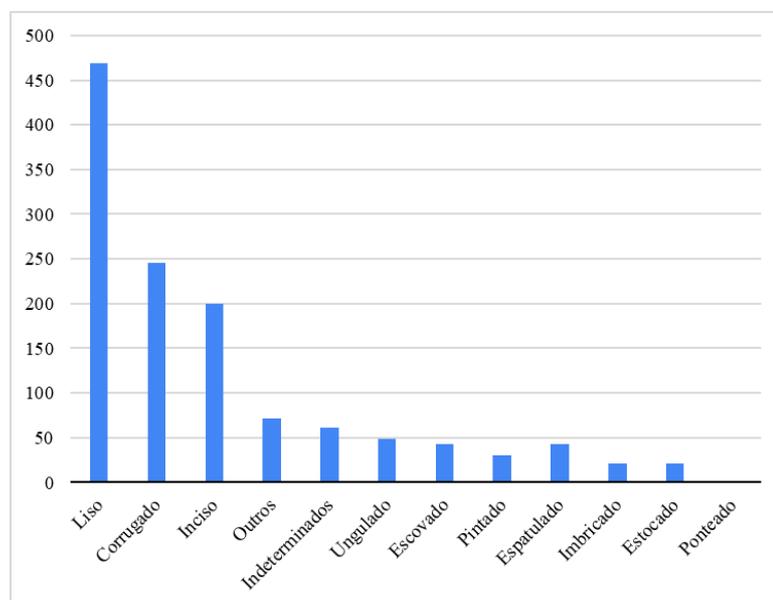
Figura 19 - Partes do corpo dos vasilhames cerâmicos Guarani



Fonte: Carbonera; *et. al.* (2021, p.272), adaptado de Oliveira (2009, p.29).

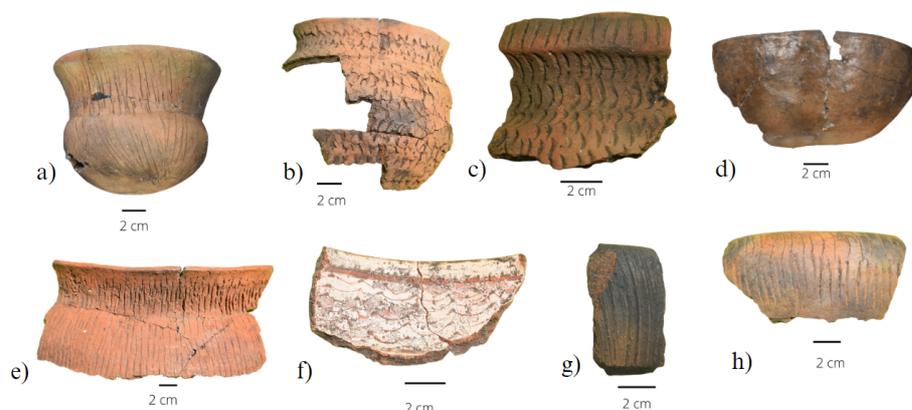
²⁵ Provavelmente referem-se a vestígios do processo de confecção dos vasilhames.

Gráfico 02 - Relação de tipos de tratamentos de superfície



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 20 - Principais tipos de tratamento de superfície



a) inciso. (b) corrugado. (c) ungulado. (d) liso. (e) inciso. (f) pintado. (g) escovado. (h) inciso.

Fonte: elaborado pela autora.

Na maioria dos casos os fragmentos classificados como indeterminados apresentaram dimensões menores de 2 cm, aspecto que dificultou a identificação do tipo de tratamento. Foram identificados também 14 fragmentos pintados nas faces internas e estão relacionados com vasilhames de pequenas e médias dimensões. Ainda sobre os tipos de tratamento de superfície, chama-se a atenção para a variabilidade de fragmentos incisivos, ilustrados na figura 21. Durante o processo de análise foi possível identificar alguns tipos de incisões em específico, como o inciso aplanado e o inciso profundo. É importante destacar que, apesar do tratamento de superfície inciso ser bastante característico deste sítio arqueológico, foi difícil

classificar certos fragmentos enquanto incisos ou escovados, por assemelharem-se. Nestes casos, atribuíram-se as classificações de “indeterminados” ou “outros”.

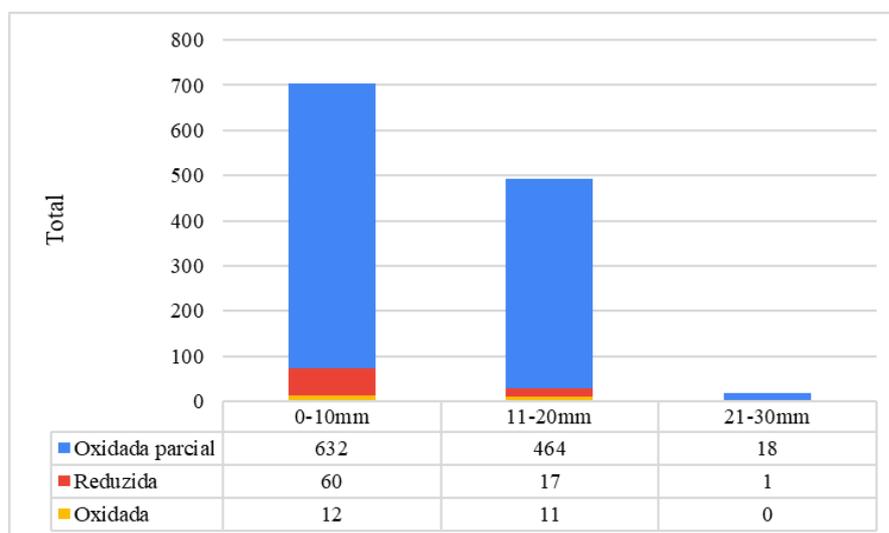
Figura 21 - Exemplos da variabilidade de tratamento de superfície inciso



Fonte: elaborado pela autora.

Quanto à queima, os fragmentos foram classificados em: completamente oxidada, completamente reduzida e parcialmente oxidada, aspectos que podem ser observados no gráfico 03. Tais características ocorrem devido a processos e técnicas específicas no momento de preparação da argila e de cozimento dos vasilhames, como por exemplo: presença ou ausência de antiplásticos, temperatura ambiente, tipo de fogueira e temperatura do fogo e a espessura das paredes, as quais tendem a ser melhor oxidadas quando possuem espessuras mais finas (MILHEIRA; *et. al.*, 2013). Relacionado a isso, foi possível perceber, também de maneira macroscópica, inclusões de grãos de quartzo, óxido e chamote nas pastas da cerâmica.

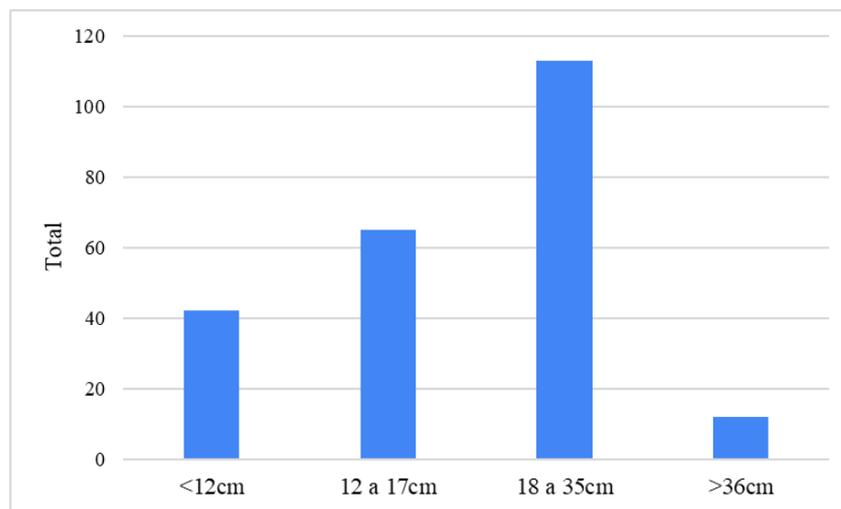
Gráfico 03 - Relação entre queima e espessura



Fonte: elaborado pela autora.

Notou-se, a partir do gráfico 04, que os diâmetros das bordas passíveis de serem verificados variam entre 6 cm e <42 cm, caracterizando-se enquanto miniaturas (<12 cm), pequenas (12 a 17 cm), médias (18 a 35 cm) e grandes (>36 cm) (BROCHADO; MONTICELLI, 1994). Foram identificadas também inclinações de bordas introvertidas, extrovertidas e diretas, com lábios caracterizados entre arredondados, planos e apontados. Tais aspectos por muitas vezes estão relacionados às formas específicas de vasilhames e seus tipos de uso (BROCHADO; MONTICELLI, 1994).

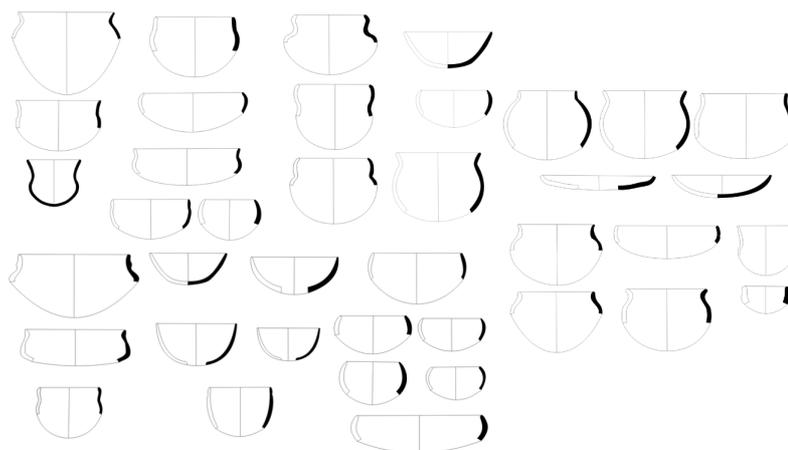
Gráfico 04 - Diâmetro das bordas



Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, foi possível realizar a reconstituição de morfologia de vasilhames de cerâmica a partir de 69 de fragmentos de bordas, conforme exemplificado na figura 22.

Figura 22 - Formas reconstituídas



Fonte: elaborado pela autora. Imagem ilustrativa, sem escala.

Dentre as formas reconstituídas observou-se a presença de uma grande variabilidade tamanhos e formas, as quais correspondem aos modelos de formas e funções descritos por Brochado e Monticelli (1994), bem como há a presença de morfologias que fogem às tipologias mais comuns para os vasilhames Guarani, sendo caracterizadas desde miniaturas à vasilhames de grandes dimensões. Assim, a partir da reconstituição possível de algumas formas, foi possível panelas (*yapepó*), caçarolas (*ñaetá*), pratos para assar (*ñamõpiu*), prato para comer (*ñaembé*) e tigelas para beber (*cambuchi caguabá*) (BROCHADO; MONTICELLI, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do caminho percorrido pela pesquisa entre a região do Alto rio Uruguai pré-colonial e a contemporaneidade, se faz necessário, antes de qualquer outra colocação, a consideração de que grupos indígenas compõem uma pluralidade cultural e são protagonistas de suas próprias histórias, tanto no passado distante quanto na atualidade. A realização do estágio no CEOM e a participação no Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS possibilitaram diferentes contatos com fontes históricas e o exercício de um olhar interdisciplinar em relação à elas. Portanto, é possível afirmar que, quando o patrimônio cultural indígena torna-se uma pauta, evidencia-se uma grande gama de perspectivas no que tange à associações entre a História, a Arqueologia e a Geografia, para que, com a aplicação da interdisciplinaridade sejam cada vez mais possíveis as abordagens que levem em consideração a memória do passado no presente, visando sua preservação e valorização nas gerações atuais e futuras.

Considerando os diferentes impactos gerados pela construção de usinas hidrelétricas no Alto rio Uruguai, compreende-se a importância da Arqueologia como ciência fundamental nos projetos de licenciamento ambiental, pois caracteriza-se enquanto a área responsável pela identificação e salvamentos dos sítios arqueológicos e do patrimônio existente nessas localidades. Sem o trabalho da arqueologia, juntamente às demais ciências envolvidas nos processos de construção de barragens, muito seria perdido em termos de memória e identidade relacionados ao patrimônio cultural *in situ*.

Junto a isso enfatiza-se a relevância da manutenção em relação às condições de conservação dos sítios arqueológicos, uma vez que praticamente toda a extensão do Alto rio Uruguai encontra-se alagada pelas UHEs. Tais aspectos ocasionam um cenário em que, cheia após cheia, perdem-se extensões consideráveis dos sítios arqueológicos nas margens do rio. Além disso, evidencia-se a importância de visitar sítios alagados, pois alguns ainda podem ter registros bem preservados e que podem ser pesquisados. O monitoramento dos sítios arqueológicos ao longo dos anos também é capaz de desencadear uma série de novas percepções e pesquisas a serem realizadas, como este trabalho de conclusão de curso. Ainda sobre os impactos gerados, destaca-se a dualidade na construção das UHEs no que refere-se aos danos causados ao patrimônio arqueológico, uma vez que, ao mesmo tempo em que perde-se muito material, a partir das leis implementadas há também a possibilidade do resgate, do registro, da manutenção e da preservação dos mesmos.

Nota-se que as demandas acerca da preocupação com o meio ambiente, a energia elétrica e o patrimônio foram transformando-se, em consonância, com o passar das décadas, e levando-se em consideração que o Alto rio Uruguai configura-se enquanto um território de grande potencial econômico, científico e cultural, é de alta relevância que a legislação referente à proteção ambiental e patrimonial sejam cumpridas para que os interesses econômicos, sejam eles locais, nacionais ou internacionais, geralmente envolvidos pelo discurso de desenvolvimento e progresso, não sobressaiam-se às demais problemáticas sociais e culturais, em como o patrimônio cultural indígena pré-colonial situado nos territórios de UHEs.

Neste sentido, evidencia-se também a contribuição da presente pesquisa relacionada à História Ambiental, uma vez que demonstrou-se as interferências da antropização, tanto na paisagem, quanto em relação ao patrimônio arqueológico do sítio U-381 Batista Rector. No período pré-colonial, os grupos indígenas utilizavam recursos naturais disponíveis para a confecção de seus variados instrumentos utilizados no cotidiano, e através destas práticas, deixaram vestígios no espaço ocupado, os quais existem até a atualidade e compõem importantes aspectos da identidade e da paisagem cultural do Alto rio Uruguai. Por sua vez, no século XX, destaca-se a interpretação da utilização da água, um recurso natural, enquanto uma alternativa disponível para a geração de energia hidrelétrica. Consequentemente observa-se um crescimento exponencial no que diz respeito à construção de UHEs no Brasil e também no Alto rio Uruguai. Tal contexto foi responsável pelo desencadeamento de uma série de problemáticas, sobretudo socioambientais, bem como, iniciou-se um processo de preocupação, junto das etapas do licenciamento ambiental, em relação à preservação do patrimônio arqueológico indígena atingido pelo barramento de grandes rios, questões que anteriormente à este período não tinham tanto destaque.

A partir das pesquisas relacionadas ao sítio arqueológico U-381 Batista Rector, nota-se que no primeiro registro do sítio consta-se apenas vestígios de cerâmica Guarani, porém, foi possível verificar a presença de materiais para além da cerâmica, bem como, vestígios de cerâmica da unidade arqueológica Jê. O sítio apresentou considerável conservação de fauna e cerâmica, tendo em vista seu contexto de alagamento e erosão devido ao reservatório da UHE Itá.

É possível afirmar que a cerâmica apresenta regionalismo estilístico, pois o tratamento de superfície inciso aproxima-se, em termos de quantidade, aos fragmentos com acabamento corrugado e liso, os quais geralmente são a maioria nos sítios arqueológicos da unidade arqueológica Guarani. Observar tal aspecto foi importante pois, em sítios localizados mais à

jusante no Alto rio Uruguai o tratamento inciso aparece de forma muito discreta ou na maioria das vezes é inexistente.

Em relação à queima dos fragmentos, nota-se a prevalência da oxidada parcial, aspecto observado na grande maioria dos materiais cerâmicos pré-coloniais da unidade arqueológica Guarani, uma vez que esta característica é resultado de cozimentos realizados em locais abertos, onde o controle de altas temperaturas estáveis era mais dificultoso para o cozimento completo das vasilhas. Por sua vez, é possível observar que a queima oxidada prevalece em fragmentos de espessura fina e média. Isto deve-se à maior dificuldade de obter uma queima completa e uniforme em fragmentos de espessuras maiores.

No que diz respeito à tipologia, a grande maioria dos fragmentos de bordas referem-se a peças medianas, seguido de pequenas, miniaturas e, em menor quantidade, peças grandes. Estas características também são observadas pelo baixo número de peças com grandes espessuras, as quais correspondem às vasilhas de maiores dimensões. O sítio apresenta também uma grande variabilidade no que diz respeito às formas identificadas nas reconstituições. Muitas delas referem-se aos modelos clássicos da cerâmica Guarani, tanto em suas morfologias quanto em suas dimensões. Porém, nota-se também que alguns vasilhames, principalmente os pequenos, possuem morfologias que fogem, em certa medida, aos modelos tradicionais, estando também relacionados ao tratamento de superfície inciso e à miniaturas.

Por fim, demonstra-se a necessidade de escavações e de pesquisas futuras relacionadas à investigação microscópica, sobretudo à petrografia para análise de composição da pasta, uma vez que, cada unidade arqueológica possui suas próprias assinaturas na cultura material, incluindo-se a cerâmica. Assim seria possível observar interações entre unidades arqueológicas distintas, ou a inexistência delas, no que diz respeito aos processos tecnológicos dos vasilhames e compreender-se mais sobre a relação entre os diferentes grupos indígenas pré-coloniais e seus intercâmbios culturais.

Tal aspecto demonstra que, apesar de terem preferências por determinados tipos de ambiente, e de praticarem padrões tecnológicos em sua cultura material, os grupos indígenas do Alto Uruguai não eram sociedades estagnadas no território, mas certamente estavam em constante movimento migratório, bem como apresentam vestígios que enfatizam a existência de uma dinâmica cultural, e o sítio arqueológico U-381 Batista Rector encontra-se inserido neste contexto de contato. Contato ainda não interpretado em sua totalidade, mas que evidentemente ocorreu. Os apontamentos e resultados nesta pesquisa apresentados, aliados à pesquisas já existentes e futuras, podem então contribuir para a interpretação de um panorama geral da ocupação Guarani pré-colonial no Alto rio Uruguai.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alejandro. Registro arqueofaunístico y estrategias de subsistencia de los grupos Guaraníes en el extremo meridional de la Cuenca del Plata. **Caderno de resumos do IV Congresso internacional de arqueología de la Cuenca del Plata**. Asunción, p.211, 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: regiões hidrográficas brasileiras. Brasília, DF: ANA, 2015.

BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de assentamentos dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro**: o caso da tradição Taquara/Itararé. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletrecidade. **Estudos avançados**. São Paulo: Edusp, v.21, n.59, p.139-159, 2007.

BERTONCELLO, Aline. **Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental**: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no oeste de Santa Catarina (2012-2018). 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2020.

BERTONCELLO, Aline.; CARBONERA, Mirian.; RENK, Arlene. A. Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no oeste catarinense (2012-2018). **Arqueologia Pública**, Campinas: v.17, p.1-25, 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAGA, Fernanda de Souza. **A ditadura militar e a governança da água no Brasil**: ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção de hidrelétricas de grande porte. 2020. Tese de Doutorado Institute for Water Education (IHE-Delft), Universidade de Leiden, Leiden, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Diário oficial da União, 1937.

BRASIL. **Decreto nº 64.395**, de 23 de abril de 1969. Autoriza o funcionamento da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A. - Eletrosul, transfere a concessão e dá outras providências. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1969.

BRASIL. **Lei nº 3.890-A**, de 25 de abril de 1961. Autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobras, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1961.

BRASIL. **Lei nº 3924**, de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1961.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1981.

BRASIL. **Projeto de Lei 4280/1954**. Autoriza a União a construir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1954.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Nova Iorque: Harper & Row, 1972.

BROCHADO, José Proenza. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America**. 1984. Tese (Doutorado em antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Illinois , Champaign, 1984.

BROCHADO, José Proenza; MONTICELLI, Gislene. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.107-118, dez. 1994.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BURKE, Peter. **A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2010.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; HERBERTS, Ana Lucia. O patrimônio cultural no licenciamento ambiental: o programa de preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da área de influência direta da UHE Foz do Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v.22, n.31, p.273-282, jun. 2010.

CALDARELLI, Solange Bezerra; LAVINA, Rodrigo. Da arqueologia acadêmica à arqueologia consultiva no oeste catarinense. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011. p.47-70.

CARBONERA, Mirian. **A ocupação pré-colonial do alto rio Uruguai, SC: contatos culturais na Volta do Uvá**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARBONERA, Mirian. As pesquisas arqueológicas entre o final do século XIX e o início do século XXI. In: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011. p.17-45.

CARBONERA, Mirian. **A tradição Tupiguarani no Alto Uruguai**: estudando o acervo Marilandi Goulart. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. Novos avanços para a arqueologia Guarani no alto rio Uruguai: o sítio Leandro Meier. **Caderno de resumos da XII SAB SUL e IV Jornadas de atualização em arqueologia Guarani**. Chapecó, p.33, 2022.

CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. **Projeto de recadastramento de sítios arqueológicos das Mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina (PRESASC)** Alta prioridade, Chapecó. Relatório Parcial 3. 2020.

CARBONERA, Mirian; MOHR, Maurício; LINO, Jaisson Teixeira; LOPONTE, Daniel. Aspectos tecnomorfológicos e estilísticos da cerâmica pintada Guarani do sítio Adão Sasanoviz (Alto rio Uruguai). **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v.18, n.35, p.263-291, jun. 2021.

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; LINO, Jaisson Teixeira. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. *In*: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel. (Orgs). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. p.19-58.

CARBONERA, Mirian; SCHNEIDER, Fernanda; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; LOPONTE, Daniel. Estudos isotópicos da dieta Guarani e a cadeia trófica associada à bacia do rio Taquari, Rio Grande do Sul. **Revista de antropología del Museo de Entre Ríos**, Entre Ríos, v.7, n.1, p.30-44, nov. 2022.

CARBONERA, Mirian; SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da; LOURDEAU, Antoine; HERBERTS, Ana Lucia; KUCZKOVSKI, Francieli; HATTÉ, Christine; FONTUGNE, Michel; ONGHERO, André Luiz; BRIZOLA, Jéssica Pedroso; SANTOS, Marcos Cesar Pereira. Uma deposição funerária Guarani no alto rio Uruguai, Santa Catarina: escavação e obtenção de dados dos perfis funerário e biológico. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas**, Belém, v.13, n.3, p.625-644, dez. 2018.

CARMO, Aline Borges; SILVA, Alessandro Soares da. Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo em tensão. **Confinis**, Open Edition Journals, n.19, p.1-18, 2013.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Eletrosul 40 anos: 1968-2008**. Rio de Janeiro: Centro da memória da eletricidade no Brasil, 2008.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **1962-2022 - Seis décadas de inovação**: Eletrobras 60 anos. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2022.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Manuais de arqueologia**, Curitiba: UFPR, n.1, parte I, 1966.

CHMYZ, Igor. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Manuais de arqueologia**, Curitiba: UFPR, n.1, parte II, 1969.

CHMYZ, Igor; PIAZZA, Walter. A bacia do Uruguai e o seu povoamento pré-histórico. **Dédalo**, São Paulo, n.6, p.33-48, 1967.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões. Cidade do Cabo: Comissão mundial de barragens, 2000.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 001**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1986.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 237**, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasília, DF: Diário oficial da União, 1997.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 298-317.

CRUZ, Jussara Cabral; SILVEIRA, Geraldo Lopes da; CRUZ, Rafael Cabral; DEWES, Rogério; ARAUJO, Talles Augusto. Concepção geral. In: CRUZ, Jussara Cabral; SILVEIRA, Geraldo Lopes da. (Orgs). **Seleção ambiental de barragens**: análise de favorabilidades ambientais em escala de bacia hidrográfica. 2. ed. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: ABRHidro, 2019. p.21-70.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE MASI, Marco Aurélio Nadal; ARTUSI, Lúcia. Fase Itapiranga: sítios da tradição planáltica. **Pesquisas**, São Leopoldo, n.40, p.99-121, 1985.

DOSSE, François. O traje novo do presidente Braudel. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-197, 1991.

EIDT, Ivan Luís Kirchner. **Paisagens, paleoambientes e ocupações humanas do final do quaternário**: palinologia de depósitos aluviais no oeste de Santa Catarina. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As transterritorializações na bacia do rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FILHO, Almir Pita Freitas; SOUZA, Antonio Lopes de; MARTINS, Margareth Guimarães; QUAGLINO, Maria Ana; HAZAN, Sergio Sami. Pequenas usinas hidrelétricas: o caso da

usina de Marmelos. **História e economia**, São Paulo: Brazilian Business School, v.9, n.2, p.19-32, out. 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOULART, Marilandi. Ambiente. *In*: GOULART, Marilandi. **Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai**. Itajaí: Univali, v.II, Tomos I, II, III, IV, 1997b.

GOULART, Marilandi. Introdução. *In*: GOULART, Marilandi. **Projeto Salvamento Arqueológico do Uruguai**. Itajaí: Univali, v.I, 1997a.

GOULART, Marilandi. **Síntese da situação atual das pesquisas: Barragem de Itá - SC/RS**. Florianópolis: UFSC/Eletrosul, 1988b.

GOULART, Marilandi. **Situação atual das pesquisas: Barragem de Itá - SC/RS**. Florianópolis: UFSC/Eletrosul, 1988a.

GRAEFF, Ademar. **Reconstituição paleoambiental do planalto do meio-oeste de Santa Catarina, Brasil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2023.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología: corrientes actuales**. Barcelona: Crítica, 1994.

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOELTZ, Sirlei Elaine; BRÜGGEMANN, Adelson André. As indústrias líticas na área da UHE Foz do Chapecó, oeste catarinense: antiguidade, estratégia tecnológica e variabilidade. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011. p.105-136.

KLANOVICZ, József; ZARPELON, Fabio Antonio Matucheski. Entre barragens e defesa civil no Brasil: uma história de institucionalização recente da atenção sobre riscos socioambientais. **Nupem**, Campo Mourão, v.14, n.32, p.280-298, ago. 2022.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proenza. **Cerâmica Guarani**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LOCATELLI, Carlos. **Itá: memória de uma usina**. Florianópolis: Expressão Sul, 2000.

LOIOLA, Sérgio Almeida. **Por uma geografia do passado distante: marcas pretéritas na paisagem como memória espacial das sociedades autóctones**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

LOPONTE, Daniel. A expansão Guarani no rio Uruguai no rio Uruguai: novos dados cronológicos e ambientais. **Caderno de resumos da XII SAB SUL e IV Jornadas de atualização em arqueologia Guarani**. Chapecó, p.13, 2022.

LOPONTE, Daniel; ACOSTA, Alejandro. La construcción de la unidad arqueológica Guarani en el extremo meridional de su distribución geográfica. **Cuadernos del Instituto nacional de antropología y pensamiento latinoamericano**, Buenos Aires, v.4, n.1, p.193-235, 2013.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian. Arqueología del Río Uruguay. *In*: PERSIGO, José Antonio (Org). **Peregrinos del Río Uruguay**. Concordia: DIMSA, 2022. p.151-171.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian; SILVESTRE, Romina. Fishtail projectile points of South America: the brazilian record. **Archaeological Discovery**, [s.l.], v.3, p.85-103, jul. 2015.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian. **The colonization of new landscapes by pre-Columbian Amazonian: The Guarani in the Upper Uruguay River**. No prelo.

LOPONTE, Daniel; OKUMURA, Mercedes; CARBONERA, Mirian. New records of fishtail projectile points from Brazil and its implications for its peopling. **Journal of Lithic Studies**, Edinburgh, v.3, n.1, p.63-85, 2016.

LOPONTE, Daniel; SEMPÉ, Carlota; ALÍ, Sheila; SILVESTRE, Romina; CARBONERA, Mirian; BERTONCELLO, Aline; PÉREZ, Maricel; BUC, Natacha. El sitio arqueológico Guaraní Panambí 3, Provincia de Misiones, Argentina. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v.19, n.38, p.7-39, dez. 2022.

LOURDEAU, Antoine; CARBONERA, Mirian; SANTOS, Marcos César Pereira; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sergio Francisco Serafim Monteiro da; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Livia de Oliveira e; DA COSTA, Amélie; FOUCHER, Cécile; RAMALHO, Juliana Betarello; KUCZKOVSKI, Francieli; CAMPOS, Juliano Bitencourt; VIANA, Sibeli Aparecida; HERBERTS, Ana Lucia. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v.29, n.45, p.220-242, dez. 2016.

MILHEIRA, Rafael Guedes; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; ALVES, Luana. Perfil tipológico da indústria cerâmica Guarani da região sul de Santa Catarina. **Tempos acadêmicos**, Criciúma, nº11, p.210-233, 2013.

MONTICELLI, Gislene. Alguns problemas em perspectivas recentes na pesquisa arqueológica em obras de engenharia. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v.26, n.35/36, p. 106-121, 2002.

MONTICELLI, Gislene. **Arqueologia em obras de engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MONTICELLI, Gislene. O céu é o limite: como extrapolar as normas rígidas da cerâmica Guarani. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas**, Belém, v.2, n.1, p.105-115, abr. 2007.

MÜLLER, Letícia Morgana; SOUZA, Sheila Mendonça de. Cremações e sepultamentos: as estruturas anelares do planalto. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011 a. p.269-305.

MÜLLER, Letícia Morgana; SOUZA, Sheila Mendonça de. Enterramentos Guarani: problematização e novos achados. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011 b. p.167-218.

NÉSPOLI, Regina Stela; PIZZATO, Roberto. **Usina hidrelétrica Machadinho: memória técnica**. Florianópolis: NPE/UFSC, 2007.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n.44, p.218-269, 1999-2000.

OLIVEIRA, Kelly de. Um caso de “regionalismos culturais” por meio do estudo da cerâmica pintada Tupiguarani de Itapiranga (SC). *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos, 2011. p.219-240.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v.34, n.65, p.315-346, ago. 2018.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Devagar quase parando: o uso da bicicleta como ferramenta para o estudo da paisagem. *In*: OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; RUÍZ, Adi Estela Lazos. (Orgs.). **Geografia histórica do café no Vale do rio Paraíba do Sul**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018. p.37-60.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.17-37.

PÁDUA, José Augusto. Localizando a história do antropoceno: o caso do Brasil. *In*: DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de; SALDANHA, Rafael. (Orgs). **Os mil nomes de Gaia: do antropoceno à idade da Terra**. Rio de Janeiro: Machado, 2022. p.1-29.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v.3, n.1, p.87-100, 2007.

PEREIRA, Joel dos Santos. **Implantação e operação da UHE Itá: memórias de incertezas e medo (décadas de 1970 a 1990)**. 2018. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Graduação em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

PERIN, Edenir Bagio; PRIMAM, Gisele Leite de Lima; OLIVEIRA, Marcelo Accioly Teixeira. Palinologia de turfas do alto curso do Arroio Cará, Coxilha Rica, Santa Catarina, Brasil. **Revista brasileira de paleontologia**, Imbé: UFRGS, v.24, n.3, p.265-277, set. 2021.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**: a pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PROUS, André; ALONSO, Márcio. As indústrias líticas dos ceramistas Tupiguarani. *In*: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade. (Orgs.). **Os ceramistas Tupiguarani**: Volume III - Eixos temáticos. 2.ed. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010. p.27-76.

RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização da Fronteira Sul. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p.146-166.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. *In*: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel. (Orgs). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. p. 59-106.

REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e o tempo histórico**: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2008.

REIS, Maria José. **A problemática das estruturas subterrâneas no planalto catarinense**. Erechim: Habilis, 2007.

REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos por Barragens. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p.265-286.

ROGGE, Jairo Henrique; CARBONERA, Mirian. O contato cultural entre populações ceramistas pré-coloniais na região do alto rio Uruguai. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p.309-337.

ROHR, João Alfredo. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina: os sítios arqueológicos do município de Itapiranga. **Pesquisas**, Porto Alegre, n.15, p.21-60, 1966.

SANTA CATARINA. **Lei nº 9.861**, de 04 de julho de 1995. Cria o Município de Alto Bela Vista e adota outras providências. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1995.

SANTOS, Marcos César Pereira; CARBONERA, Mirian; ROSINA, Pierluigi; SCHUSTER, Adriana Jussara; PAVEL, Diego Dias; HATTÉ, Christine; SOUZA, Alan Sezara de; CAMPOS, Juliano; LOURDEAU, Antoine. Holocene settlement, stratigraphy and chronology at the site of Uruguai 1- sector 1, Foz do Chapecó archaeological area, South Brazil. **Journal of Archaeological Science: Reports**, Yale: v.39, p.1-17, jul. 2021.

SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José. **Memória do setor elétrico na região Sul**. Florianópolis: UFSC, 2002.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. *In*: AGNEW, John; LIVINGSTONE, David; ROGERS, Alisdair. (Orgs). **Geografia humana**: uma antologia essencial. Oxford: Blackwell, 1996. p.296-315.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998. p. 12-74.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. A decoração plástica na cerâmica da tradição Tupiguarani. *In*: PROUS, André; LIMA, Tânia Andrade. (Orgs.). **Os ceramistas Tupiguarani**: Volume II - Elementos decorativos. 2.ed. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010. p.7-26.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. A ocupação indígena do oeste catarinense. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p.73-104.

SCHMITZ, Pedro Ignacio; BEBER, Marcus Vinícius. Em busca dos antepassados dos índios Kaingang. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p.243-268.

SCHMITZ, Pedro Ignacio; FERRASSO, Suliano. Caça, pesca e coleta de uma aldeia Guarani. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio. (Orgs). **Antes do Oeste catarinense**: arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011. p.139-166.

SEVEGNANI, Lucia; SCHROEDER, Edson. (Orgs.) **Biodiversidade catarinense**: características, potencialidade, ameaças. Blumenau: Edifurb, 2013.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. *In*: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel. (Orgs). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. p. 181-214

SOUZA, Alexandre do Nascimento. **Licenciamento ambiental no Brasil sob a perspectiva da modernização ecológica**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SZCZYGEL, Maicon Telles; CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. Arquitetura monumental de sítios Jê do planalto catarinense: análise físico-química de sedimentos construtivos. **Caderno de resumos da XII SAB SUL e IV Jornadas de atualização em arqueologia Guarani**. Chapecó, p.74, 2022.

TEIXEIRA, Rafael Cardoso; ROCHA, Pablo de Azevedo; MACHADO, Henrique Amorim; FARIA, André Luiz Lopes de; COSTA, Liovando Marciano da Costa. Solos antropogênicos: solos decorrentes da ação humana em perspectiva ao antropoceno. **Revista brasileira de geografia física**, Recife: UFPE, v.15, n.1, p.107-122, 2022.

TUNDISI, José Galizia. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia. **Estudos avançados**. São Paulo: Edusp, v.21, n.59, p.109-117, 2007.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.4, n.8, p.289-307, 1991.